

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

CAMILA REGINA DANTAS DE FIGUEIREDO

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA: um estudo acerca do uso deste instrumental no Serviço Social da Universidade Federal do Cariri-UFCA

Juazeiro do Norte - CE

2018

CAMILA REGINA DANTAS DE FIGUEIREDO

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA: um estudo acerca do uso deste instrumental no Serviço Social da Universidade Federal do Cariri-UFCA

Monografia apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para a obtenção do título de bacharelado em Serviço Social. Orientador: Ms. Sheyla Alves Dias

Juazeiro do Norte - CE

2018

CAMILA REGINA DANTAS DE FIGUEIREDO

ANÁLISE SOCIOECONÔMICA: um estudo acerca do uso deste instrumental
no Serviço Social da Universidade Federal do Cariri-UFCA

Monografia apresentado à Coordenação do
Curso de Graduação em Serviço Social do
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como
requisito para a obtenção do título de
bacharelado em Serviço Social.
Orientador: Ms. Sheyla Alves Dias

Data de aprovação: ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. (a) Ms. Sheyla Alves Dias
Orientador (a)

Prof. (a) Dra. Rúbia Aurenívea Ribeiro Lóssio
Examinador (a) 1

Prof. (a) Esp. Pautilia Ferraz Araruna
Examinador (a) 2

Juazeiro do Norte – CE
2018

Dedico este trabalho primeiramente à Deus, a quem sou imensamente grata pelo dom da vida, a todos que de certa forma contribuíram em todo meu trajeto acadêmico: minha família, mestres, amigos e a todos “*àqueles que escolhem RESISTIR, que Dizem não ao racismo, Dizem não ao preconceito, Dizem não ao genocídio do meu povo preto, Dizem não a polícia racista, Dizem não a essa militarização fascista, Diga não, Não fique só assistindo, Muita gente chora irmão enquanto você tá rindo.*”
Bia Ferreira

AGRADECIMENTOS

À Deus, em primeiro lugar e sobre todas as coisas, toda a minha gratidão por me proporcionar a vida, a minha graduação e além disso, muita fé e esperança diante das situações que passei.

À minha família que mesmo não sendo a mais estruturada e por eu ter sido desvinculada dela muito cedo hoje eu compreendo todo o processo no qual tive passar pois me fizeram ser a pessoa que eu sou, a todos o meu muito obrigada!

À minha mãe de sangue, meu obrigada por ter me dado a luz, por toda violência doméstica que a Sra. me fez passar, pela falta de amor, pela falta de apoio e incentivo. Hoje esse sonho conquistado é fruto do que eu tenho de melhor para lhe dar, **TODO MEU AMOR E MINHA GRATIDÃO!**

À Júlia Alves dos Santos, minha mãe adotiva, quem me incentivou a buscar os estudos como o único meio para mudar minha história.

Aos amigos que fiz em Juazeiro que me acolheram e me acolhem, cada um com seu jeito especial, de alguma forma me ajudou.

As minhas irmãs de alma que conquistei nesse período de graduação, Cleo, Adrya, Lucivânia, Kátia e Francisca Clara espero levar vocês pro resto dos meus dias.

As meninas que dividiram apartamento comigo na República do Seu Dário, em especial Marília e sua Mãe Maria Gorete, amo vocês.

Agradeço também a minha Orientadora de Trabalho de Conclusão de Curso Sheyla Alves Dias (Sheylinha, como à chamo) pelos ensinamentos, paciência e confiança que tem depositado em mim, pela nossa amizade, muito obrigada! Assim como a todos os outros professores que eu tive a oportunidade de aprender nessa jornada acadêmica.

Agradeço aos meus supervisores de estágio obrigatório e não obrigatório que contribuíram em todo meu trajeto acadêmico: Isabelly, professor Pérciles, Rita, Marcos, Juliana, Joseane e Maiara, obrigada por todos ensinamentos e incentivos!

Por fim, agradeço em especial à PRAE da Universidade Federal do Cariri pela oportunidade de estágio e pela convivência com pessoas extremamente especiais.

“ Nada há encoberto que não venha ser revelado; e oculto que não venha a ser conhecido (...)”
Lucas 12:2

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo refletir a partir da análise socioeconômica documental realizada no processo de trabalho dos/as assistentes sociais inseridos na UFCA/Campus Juazeiro do Norte-CE, enquanto aparato técnico-operativo na materialização do Programa Nacional de Assistência Estudantil no Ensino Superior. Dessa forma, o debate foi desenvolvido a partir de discussões acerca da Política de Educação no contexto brasileiro após Constituição Federal até os dias atuais com foco no Ensino Superior (Capítulo I), trazendo como pauta os elos existentes entre o Serviço Social e o PNAES, além disso, discute sobre a instrumentalidade da profissão interligada ao projeto ético-político (Capítulo II), e por fim foi a coleta de dados sobre as análises socioeconômicas documentais realizadas no processo de trabalho dos assistentes sociais atuantes no referido espaço (Capítulo III). A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, a pesquisa exploratória, bibliográfica, estudo de campo e explicativa, tendo como instrumento de coleta a entrevista semi estruturada. O estudo revelou que embora haja um significado para a profissão somente ela não permite que estes profissionais alcance o máximo que suas intervenções podem ter na Educação e é importante que dimensões como a político-pedagógica e socioeducativa estejam presentes no cotidiano desses profissionais. Assim conclui-se que, para que o assistente social consiga de fato ser um profissional qualificado, ele precisa ser distinto, e em muitos momentos se desprender das amarras institucionais, buscando soluções além dos muros do espaço físico.

Palavras Chaves: Ensino Superior. Análise Socioeconômica. Assistência Estudantil.

ABSTRACT

The present study aims to reflect from the documentary socioeconomic analysis carried out in the work process of the social workers enrolled in the UFCA / Campus Juazeiro do Norte-CE, as a technical and operational aptitude in the materialization of the National Program of Student Assistance in Higher Education . Thus, the debate was developed from discussions about Education Policy in the Brazilian context after Federal Constitution up to the present day focusing on Higher Education (Chapter I), bringing as a guideline the links between the Social Service and the PNAES, In addition, it discusses the instrumentality of the profession linked to the ethical-political project (Chapter II), and finally will be the collection of data on the socioeconomic documentary analyzes carried out in the work process of social workers working in that area (Chapter III). The methodology used was the qualitative approach, the exploratory research, bibliographical, field and explanatory study, having as instrument of collection the semi structured interview. The study revealed that although there is a meaning for the profession only it does not allow these professionals to reach the maximum that their interventions can have in education and it is important that dimensions such as political-pedagogical and socio-educational are present in the daily life of these professionals. Thus, in order for the social worker to actually be a qualified professional, he needs to be distinguished, and in many cases to break away from institutional ties, seeking solutions beyond the walls of physical space.

Keywords: Higher Education. Socioeconomic Analysis. Student Assistance.

LISTA DE SIGLAS

ANDIFEIS – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BM – Banco Mundial
CCAB – Centro de Ciências Agrárias e da Biodiversidade
CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas
CCT – Centro de Ciências e Tecnologia
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
CRESS – Conselho Regional de Serviço Social
DCOM – Diretoria de Comunicação
DIARI – Diretoria de Articulação e Relações Institucionais
DINFRA – Diretoria de Infraestrutura
DLA – Diretoria de Logística e Apoio Operacional
DSS – Divisão de Serviço Social
DTI – Diretoria de Tecnologia da Informação
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
FAMED – Faculdade de Medicina
FIES – Financiamento Estudantil
FONAPRACE – Fórum Nacional de Pro Reitores de Assuntos Comunitários Estudantis
IES – Instituições de Ensino Superior
IESA – Instituto de Estudos do Semiárido
IFE – Instituto de Formação de Educadores
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior
IISC – Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Artes
MEC – Ministério da Educação
PBP – Programa Bolsa Permanência
PEPSS – Projeto Ético Político do Serviço Social
PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE – Plano Nacional de Educação
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRAE – Pró Reitoria de Assuntos Estudantis
PROAD – Pró Reitoria de Administração
PROCULT – Pró Reitoria de Cultura
PROEN – Pró Reitoria de Ensino
PROEX – Pró Reitoria de Extensão
PROGEP – Pró Reitoria de Gestão de Pessoas
PROPLAN – Pró Reitoria de Planejamento e Orçamento
PROUNI – Programa Universidade Para Todos
PRPI – Pró Reitoria de Pesquisa Pós-Graduação e Inovação
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEDOP – Secretaria de Documentação e Protocolo
SIBI – Diretoria do Sistema de Bibliotecas
SISU – Sistema de Seleção Unificada
UFCA – Universidade Federal do Cariri
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

LISTA DE IMAGENS

Figura 1- Estrutura Administrativa.....	44
Figura 2- Movimento Estudantil	44
Figura 3- Ensino Superior Gratuito	447

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – O ARCABOUÇO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL PÓS 1988: DIREITO CIDADÃO OU MERCADORIA DO CAPITAL?	14
1.1 30 ANOS DE INSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO ENQUANTO DIREITO DE TODOS – EXPECTATIVAS X REALIDADE	14
1.2 REFLETIR PARA DESVELAR: AS NUANCES DO ENSINO SUPERIOR E DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	21
CAPÍTULO II – MATERIALIZANDO O (IM) POSSÍVEL? O SERVIÇO SOCIAL E O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	28
2.1 ENTRE O REAL E O PRETENDIDO: CONDICIONALIDADES, EXIGÊNCIAS E POSSIBILIDADES POSTAS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA EXECUÇÃO DA PNAES	28
2.2 ARTICULAR INSTRUMENTALIDADE E MEDIAÇÃO PARA GARANTIR O DIREITO À EDUCAÇÃO: MAIS QUE UM SIMPLES FAZER, UM COMPROMISSO PROFISSIONAL A SER EXERCIDO	33
CAPÍTULO III - ANÁLISE DOS DADOS REFERENTE AOS LIMITES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA PRÁTICA PROFISSIONAL DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	40
3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
3.2 CONTEMPLANDO INFORMAÇÕES SOBRE A UFCA CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE/CE E SUA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	43
3.3 A ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DOCUMENTAL: ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS?.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62
APÊNDICE (S)	68

INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade tem se enfrentado uma série de problemas que encontram na lógica capitalista uma alavanca para o seu aprofundamento e complexificação, acarretando um leque de desafios que afetam a Política de Educação.

Este trabalho de conclusão de curso de graduação em Serviço Social tem o objetivo refletir a partir da análise socioeconômica documental realizada no processo de trabalho dos/as assistentes sociais inseridos na UFCA/campus Juazeiro do Norte- CE enquanto aparato técnico-operativo na materialização do Programa Nacional de Assistência Estudantil no Ensino Superior.

Em adição, buscou-se analisar os elos existentes entre o Serviço Social e a Programa Nacional de Assistência Estudantil, além de discutir sobre a instrumentalidade do Serviço Social a partir da articulação/concretização das dimensões técnico-operativa, ética-política e teórica-metodológica do Serviço Social para a materialização do Projeto Ético Político da Profissão, e por fim, elucidar como a lógica mercadológica do capitalismo interfere na materialização do Programa Nacional de Assistência Estudantil. A pergunta que norteia o estudo é: A análise socioeconômica documental realizada no processo de trabalho dos/as assistentes sociais da Universidade Federal do Cariri consegue direcioná-los a uma compreensão da realidade dos estudantes em sua totalidade?

A escolha da temática se deu pela aproximação com o objeto de estudo no período do estágio não obrigatório, no período de abril a novembro do ano de 2018 realizado na Universidade Federal do Cariri (UFCA), especificamente na Divisão de Serviço Social (DSS) da Pró-reitora de Assuntos Estudantis (PRAE), no campus Juazeiro do Norte/CE.

Isto se intensificou diante do longo período de estágio no setor e a participação em todas as atividades realizadas junto aos profissionais, especialmente nas análises socioeconômicas realizadas via documentação dos alunos que solicitavam as bolsas e auxílios da PRAE. Ao longo do percurso de estágio na PRAE onde se situa a Divisão do Serviço Social foi analisado documentações dos estudantes, onde houve a participação de algumas entrevistas com esses discente, palestras com profissionais e visitas em um dos campus da Universidade, leituras sobre esse objeto de estudo e entre outras experiências que resultaram em uma busca mais a fundo sobre a problemática da análise socioeconômica documental.

A metodologia utilizada para esta pesquisa foi escolhida a abordagem qualitativa e utilizou os tipos de pesquisa exploratória, bibliográfica, estudo de campo e explicativa. Os instrumentos aplicados para a coleta de dados foram a entrevista semiestruturada, observação

participante e buscas em sites. A pesquisa foi realizada no mês de outubro deste ano, na Universidade Federal do Cariri campus Juazeiro do Norte/CE, tendo como sujeitos da pesquisa foram os assistentes sociais que trabalham na Divisão de Serviço Social do referido campo. A amostra, corresponde a 100% do universo dos assistentes sociais da instituição supracitada.

O primeiro capítulo buscou-se percorrer um breve histórico da Política de Educação no Brasil após o advento da promulgação da Constituição Federal de 1998, focando como tem sido gestada a educação no Brasil com ênfase no Ensino Superior e suas expectativas com o surgimento do Programa Nacional de Assistência Estudantil.

O segundo capítulo é apresentado a problemática no qual fomentou-se o debate entre os elos existentes entre o Serviço Social e PNAES, elucidou as condicionalidades, exigências e possibilidades colocadas no fazer profissional do assistente social para executar o programa em relação aos auxílios articulando e mediando por meio da instrumentalidade que estão embasadas nas dimensões norteadoras da profissão para a materialização do projeto ético político. Ao mesmo tempo, citou-se como a lógica mercadológica interfere nessa materialização do PNAES.

No terceiro capítulo apresenta-se o percurso metodológico realizado para a elaboração desta pesquisa, discorre a caracterização do espaço no qual a pesquisa ocorreu a fim de possibilitar uma melhor compreensão sobre o cerne da pesquisa e por último é apresentado os resultados, juntamente com a análise dos dados.

Dessa forma, fica clara a relevância do trabalho não apenas como uma fonte de pesquisa a nível acadêmico, mas principalmente como uma forma de conhecer a realidade do Programa Nacional de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Cariri, a fim de operacionalizar mudanças em alguns aspectos do exercício profissional do assistente social atuantes neste espaço, que apesar de ser uma discussão recente, é bastante incipiente.

CAPITULO I – O ARCABOUÇO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL PÓS 1988: DIREITO CIDADÃO OU MERCADORIA DO CAPITAL?

Neste capítulo busca-se percorrer um breve histórico da Política de Educação no Brasil após o advento da promulgação da Constituição Federal de 1988. A finalidade do percurso aqui realizado não se esgota nesta trajetória, mas foca-se em aludir conhecimentos sobre como tem sido gestada a educação no Brasil doravante o momento histórico supracitado com ênfase no Ensino Superior e suas expectativas com o surgimento da Política Nacional de Assistência Estudantil.

1.1 30 ANOS DE INSTITUIÇÃO DA EDUCAÇÃO ENQUANTO DIREITO DE TODOS – EXPECTATIVAS X REALIDADE

Faz-se necessário desmistificar a Política de Educação no Brasil de maneira a discorrer seu percurso histórico para que se possa compreender o que existia antes e como a mesma se encontra na contemporaneidade. Para dar início as reflexões, mostra-se de grande relevância entender o quão a educação é importante para a humanidade, pois a mesma possui significância indiscutível na formação do ser humano. Desde modo, ao discutir sobre Educação é de suma importância falar da realidade, do cotidiano no qual as pessoas se inserem no processo de vida humana. Para tanto, Freire (1987) ressalva:

Falar da realidade como algo parado, estático, compartimentado e bem comportado, quando não falar ou dissertar sobre algo completamente alheio à experiência existencial dos educandos vem sendo, realmente a suprema inquietação desta educação. A sua refreada ânsia. Nela, o educador aparece como seu indiscutível agente, como o seu real sujeito, cuja tarefa indeclinável é “ encher os educando dos conteúdos de sua narração. (FREIRE, 1987,p.33).

Com isso, reflete-se sobre uma Educação que está para além do processo aprendizagem ao qual o homem é posto. Neste passo, observa-se à crítica marxista que o capital persegue o homem apenas para o seu processo de exploração na subordinação do trabalho deixando-o de lado o interesse dele, o homem, em identificar a realidade que está a sua volta.

No entanto, ao focar-se no Ensino Superior, será que sua lógica continua acirrada numa lógica capitalista ou de emancipação? Heller, embasada na teoria de Karl Marx, ressalta que; “ a necessidade social é um conceito complexo distinto da carência material, assim como

afirmar que as necessidades humanas vêm de um caráter alienante”. (HELLER apud BARBOSA, 2015, p.35). É fato, que não seria diferente, como se pode ter uma educação de qualidade em uma sociedade capitalista e desigual que coloca o homem em constante exploração? Além disso, sabe-se que o ensino superior no Brasil é um acesso restrito que mesmo dito para “todos” que é esse entendimento que se tem conforme o artigo 205 da CF (1998, p.137) que diz que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1998) não é exercido como prevê a Lei. Para referenciar, Tonet afirma:

Quando, porém, essa formação é desnudada dos seus elementos superficiais e ideológicos, deixa ver que ela nada mais é do que a formação de mão-de-obra para o capital. Como o caráter de mercadoria da força de trabalho não é questionado, antes é tomado como algo natural, então essa parte da preparação “integral” nada mais do que um elo de transformação do ser humano em mercadoria apta a atender os interesses da reprodução do capital (TONET, 2016, p. 73).

É tão nítido e preciso para a evolução do homem, que mesmo garantida na constituição precisou ser reforçada pela Lei nº 9.394/1996 lei essa, mais conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde em seu artigo 3º, inciso I coloca um dos seus princípios básicos com “igualdade de condição para acesso e permanência na escola”. (BRASIL, 1996, p.10)

Seguindo as reflexões sobre o Ensino Superior no país, enfatiza-se com o desenvolvimento do capitalismo esse ensino passou a ser uma imposição colocada pelo capital como uma forma de capacitar a classe trabalhadora para atender as demandas do mundo burguês contemporâneo. Fernandes, (1989) colabora om esse pensamento quando alude que, “ [...] Um elemento negativo foi introduzido na Universidade: a concepção de que ensino é uma mercadoria. O Estudante não saberia o valor do ensino se ele não pagasse pelo curso [...] ”, (FERNANDES, 1989, p. 106).

A mercantilização do ensino tem sido uma constante na sociedade capitalista, especialmente no que diz respeito ao Ensino Superior que tem sido tomado enquanto uma mercadoria elitizada que deve atender à dois interesses diferentes: formar mão de obra para o mercado de trabalho (geralmente tendo como alvo a classe trabalhadora); e formar a elite intelectual do país (interesse frequentemente alinhado com a classe burguesa).

É cabível de registro que com a expansão do ensino superior que ocorreu durante o Regime Militar e os vários movimentos sociais que surgiram nessa época, especificamente os

movimentos em torno da Educação no Brasil, não fez com que vários elementos fossem elevados com a implementação da Constituição Federal de 1988 na qual foi promulgada após amplo movimento de redemocratização do País trazendo a responsabilidade para o Poder Público. Neste contexto, as universidades brasileiras estavam vivenciando crise em decorrência das modificações ao redor das classes com intuito de fazer com que a ‘Roleta do capital’ funcionasse. “A crise da universidade é imposta pela crise inconstante do capital em busca incessante pela lucratividade.” (LIMA, 2013, p. 17).

Há de se considerar que os vários debates sobre a Educação nos anos 1990 que acarretaram vários pontos de vistas da Política de Educação enquanto direito de todos. Nesse período, uma Conferência promovida pela UNESCO, UNICEF, PNUD e BM, colocaram pautas em relação à economia e a política vivenciadas no período supracitado no qual o país estava sob posse do governo de Fernando Henrique Cardoso. Lima (2007), pontua esses eixos como sendo:

[...] os organismos internacionais do capital necessitam desenvolver políticas de alívio das tensões sociais causadas pela crise do endividamento dos países periféricos. [...] as políticas focalizadas no alívio da pobreza estarão articuladas com as necessidades de governabilidade [...]. [...] a necessidade de ampliação de áreas de lucratividade para investidores internacionais. [...] (IBIDEM 2007, p. 56).

Para incluir, percebe-se que os embates sempre mencionados sobre o investimento do capital em áreas do social, transforma-se em uma forma de alavanca para o desenvolvimento econômico e social, e seria como uma forma de troca, na qual o capital social interliga-se ao capital humano interferindo ideologicamente e estrategicamente por via da classe burguesa. Conforme analisa Petras e Veltmeyer (2005), Trata-se de fortalecer a política do “não poder”, que consiste “em evitar confrontações com as estruturas de poder político e econômico, e, em lugar disso, construir o capital social dos pobres, para comprometê-los em projetos de desenvolvimento local” (PETRAS E VELTMEYER, apud SIMIONATTO, 2010, p.161).

Dando continuidade, o Ensino Superior no governo de FHC, estudos apontam que mesmo em tempos de neoliberalismo houve um grande aumento do Ensino Superior no país entre os anos 1999 e 2000, dados do Censo da Educação Superior Brasileira informaram o número de estudantes que ingressaram nas universidades públicas na época, no qual totalizaram 320.354 e 1.090.854 nas instituições de ensino privado. (BRASIL, 2002). Desde modo, como afirma Souza:

Assim, o processo denominado “democratização de oportunidades educacionais no ensino superior confundiu-se com a mera e atropelada massificação de matrículas,

com todo o cortejo de inconveniências (...) pelas quais, ainda hoje, se paga um alto preço” (SOUZA, 2001, p. 17).

Nesse sentido, é necessário colocar aqui em foco o período de contrarreforma que o país estava passando devidamente a crise ocasionada desde os anos de 1970, crise essa que ficou conhecida como crise fiscal, retomando esse período Pereira, (1998), aponta que:

A partir dos anos 70, porém, face ao seu crescimento distorcido e ao processo de globalização, o Estado entrou em crise e se transformou na principal causa da redução das taxas de crescimento econômico, da elevação das taxas de desemprego e do aumento da taxa de inflação que, desde então, ocorreram em todo o mundo. A onda neoconservadora e as reformas econômicas orientadas para o mercado foram a resposta a esta crise - reformas que os neoliberais em um certo momento imaginaram que teriam como resultado o Estado Mínimo (PEREIRA, 1998, p.49).

Toda essa conjuntura afetou a Educação no Brasil, esse cenário era um cenário de cortes com o social, em outras palavras, a política econômica keynesiana, fez com que o Estado focasse apenas nos interesses capitalistas ficando assim, um campo aberto para a privatização as perspectivas do enxugamento do Estado. Soares (2001), evidencia que a privatização “só interessa na medida em que a administração dos fundos e a produção de serviços possam converter-se em atividades economicamente rentáveis” (SOARES, 2001, p. 45).

Em síntese, toda essa questão pautada favoreceu para que a flexibilização da Educação consolidasse, ainda mais, conduziu-se para que houvesse um consenso de incompetência e impotências dos serviços públicos, especificamente, das universidades, trazendo uma lógica de privatizar e financiar o setor privado. Setor esse, tido como um modelo gerencial que Lima (1997), associa “a uma imagem de moderna estação de serviços, funcionalmente adaptada às exigências do mercado e às necessidades dos seus clientes e consumidores” (LIMA, 1997, p. 38). Ainda no foco dessa discussão percebeu-se uma transmissão que Gentili, (1998) menciona que transcorreu:

[...] da educação da esfera política para a esfera do mercado, negando sua condição de direito social e transformando-a em uma possibilidade de consumo individual, variável segundo o mérito e a capacidade dos consumidores [...] (GENTILLI, 1998, p. 19).

Os aspectos das sequelas do neoliberalismo e da contrarrevolução burgueses foram totalmente catastróficos, no modo que se deu seguimento no governo de Luiz Inácio da Silva entre os anos 2003 a 2010, neste governo houveram grandes expectativas em relação a sua governabilidade e principalmente em relação ao Ensino Superior, pois havia propostas de

alteração da forma como andavam as universidades públicas brasileiras, e assim foi. Ao início de sua gestão a inquietação era saber de fato quais seriam os problemas que tinham que ser resolvidos, e do mesmo modo, esses tais problemas, pudessem se equiparar com as propostas de governo apresentadas.

Desta forma, a mudança foi tão rápida e inconstante que o Presidente da época deu início rapidamente, começou realizando mudanças no Ministério e elegendo imediatamente Cristovam Buarque sendo o primeiro Ministro em 2003, sendo que o posto só durou pouco menos de um ano por não conseguir atender e administrar as demandas das Políticas Educacionais. Em uma nota no Jornal Folha de São Paulo publicada em 2004, acabou expressando uma fala do Presidente Lula falando a respeito de Cristovam, o mesmo “disse que não aguentava mais ‘acadêmicos’ no governo e que tiraria Cristovam”. “Quero ministro para apresentar resultados, não para ficar com tese, com conversa. ” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2004), logo após, Tarso Genro substituiu Cristovam em 2004 vindo a ser substituindo no ano seguido onde nomeou Fernando Haddad no qual permaneceu no Ministério de Educação de 2005 à 2010.¹

Mas o fato é, para que houvesse uma identificação da fragilização do Ensino Superior alguma medida precisava ser tomada, foi daí que em 20 de outubro de 2003 que o Decreto foi instituído, Decreto esse, intitulado como Grupo de Trabalho Interministerial, no qual teve como objetivo analisar a situação atual assim como elaborar planos de ações da crise que as Universidades estavam passando, ao mesmo tempo, esse GT², orientou para o processo de Reforma da Universidades Brasileira (na qual não houve). O documento do GT foi dividido da seguinte forma:

I- Ações emergências da situação das Universidades Federais; II- A necessidade de implementação de dar autonomia às Universidades Federais; III- Criar linhas de ações imediatas para complementar recursos e proporcionar construção de uma nova realidade e IV- Elencar etapas para a formulação da Reforma Universitária (BRASIL, 2003, p.1).

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, em relação ao Decreto do GT, observa-se então, um diagnóstico abrangente no qual:

De um lado, as universidades governamentais sofreram consequências da crise fiscal do Estado que incidem sobre seus recursos humanos, de manutenção e de

¹ Tarso nomeou Haddad para a Secretária Executiva do Ministério.

² Decreto de 20 de outubro de 2003 está disponível em: <http://www.sintunesp.org.br/refuniv/GT-Interministerial%20-%20Estudo.htm>

investimento. De outro lado, a prioridade ao setor privado em todas as áreas também chegou ao setor do Ensino Superior: as universidades privadas, que viveram uma expansão recorde nos últimos anos, chegando a responder, em 2002, por 63,5% do total de cursos de graduação e 70% das matrículas, encontram-se agora ameaçadas pelo risco de uma inadimplência generalizada do alunado e de uma crescente desconfiança em relação a seus diplomas (BRASIL apud AGUIAR, 2016, p.115).

Sob a ótica da economia nesta época não poderia ser diferente, o Presidente Lula precisava encontrar equilíbrio entre as classes, ao mesmo tempo era necessário consolidar uma ordem social, política e econômica. Para tanto, uma lógica estratégica foi utilizada como elo de mediação, estratégias essas, que foram estabelecidas da seguinte forma: Aumenta-se a privatização e mercantilização do ensino aumentando os números de instituições privadas que serão financiadas via FIES³ e PROUNI⁴, na mesma proporção, aumenta-se a privatização de universidades públicas oferecendo “serviços educacionais” entre universidades públicas e empresas.

Seguindo a linha ‘cronológica’, o governo do Presidente Lula através do Decreto Presidencial nº 5.205 de 20 de dezembro de 2004⁵ estabeleceu relações entre as instituições Federais de Ensino Superior e fundações privadas, em conformidade o seu art.1º traz que

As instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica poderão celebrar com as fundações de apoio contratos ou convênios, mediante os quais essas últimas prestarão às primeiras apoio a projetos de ensino, pesquisa e extensão, e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, por prazo determinado (BRASIL, 2004, p.1).

Diante do exposto é possível perceber que não se trata de uma ação estabelecida com objetivo de “celebração entre instituições” e sim uma terceirização sucateando os serviços públicos assim como colocando o exército de mão de obra (neste caso exército professores) a mercê do capital. Assim a exploração dessa mão de obra vem atingindo diretamente o Ensino Superior por não prestar serviços de qualidade.

Além do Decreto nº 5.205/96, foi estabelecido também a Lei nº 10.973/04, lei essa intitulada de Inovação Tecnológica que estabelece parcerias também entre IES públicas e empresas. Toda essa expansão supracitada deixa de ser algo relevante quando o teor na

³ A respeito do Financiamento estudantil ver a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10260-12-julho-2001-329619-publicacaooriginal-1-pl.html>

⁴ Portaria normativa nº 6, de 26 de fevereiro de 2014. Disponível em: <http://siteprouni.mec.gov.br/legislacao.php>

⁵ O Decreto regulamenta a Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5205-14-setembro-2004-534051-publicacaooriginal-18176-pe.html>

verdade é econômico para o qual o ensino volta-se para uma formação sucateada e que exige investimentos mesmo sendo estes pequenos, mas leve a uma restrição e retirada realizadas pelo Estado na expansão e manutenção com o setor público. Diante disso Mészáros (2002) situa:

[...] A brecha aberta em tempos de crise não pode ser deixada assim para sempre, e as medidas adotadas para fechá-las, desde os primeiros passos em diante, têm sua própria lógica e impacto cumulativo nas intervenções subseqüente.[...], [...] Se não se deseja que este momento seja dissipado sob o peso da pressão econômica mediata, tem de ser encontrada uma maneira para estender sua influência para muito além do pico da própria crise. (quando a política radical tende a afirmar sua efetividade como lei) [...] (MÉSZÁROS, 2002, p. 1077-8).

Essa reforma realizada no Ensino Superior não foge a regra sobre as tendências atuais das teses neoliberais impregnadas no governo brasileiro e que não fogem também do viés do grande negócio. O número de vagas oferecidas pelo PROUNI – Programa Universidade para Todos, desde a sua criação traz uma ampliação para inserir discentes na rede privada, mas em troca disso as IES ganham incentivos fiscais fragilizando o ensino trazendo perdas na qualidade da formação na qual torna-se algo extremamente preocupante. Para salientar, as decisões ou medidas tomadas se constituíram como fundamentais para a “reforma futura”, destaca-se as observações colocadas por Mancebo, Maués e Chaves (2006), no qual eles situam as principais ações do governo do Presidente Lula na Política de Educação Superior:

Cronologicamente, são elas: (1) o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; (2) a Lei de Inovação Tecnológica, Lei nº 10.973, de 02 de dezembro de 2004; (3) a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de Parceria Público Privada (PPP) e (4) a Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que institui o Programa Universidade para Todos – mais conhecido como PROUNI (MANCEBO, MAUÉS e CHAVES, 2006, p.46).

Sabe-se que muito tinha que ser feito no Ensino Superior no país, porém, parafraseando Neves, (2006), a proposta era democratizar o acesso ao Ensino Superior respondendo os interesses das classes dominantes e das classes dominadas, ou seja, esse anteprojeto proposto por Lula buscava conciliar os interesses econômicos e interesses dos “excluídos” socialmente numa lógica de privatização e implementação de políticas sociais.

As incidências confirmam que a Educação é um direito de todos, porém, seu acesso (especificamente no Ensino Superior) é limitado e dificultoso, mesmo com implementação de Políticas de Ações Afirmativas e do Programa voltado para a garantia e permanência dos

estudantes ainda comporta dimensões que vão além disso, sendo elas, econômicas, sociais, culturais entre outras. Desde modo, situa-se esse ponto para as discussões a seguir.

1.2 REFLETIR PARA DESVELAR: AS NUANCES DO ENSINO SUPERIOR E DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Para o desenvolvimento destas reflexões, considera-se que a categoria assistencial é uma das intervenções prenunciada pelo Estado para responder as demandas postas pelos estudantes tendo como objetivo inserir e garantir a permanência Estudantil nas Universidades e Instituições de Ensino Superior. A questão a ser discutida é se essas intervenções acabam configurando-se como ações de caráter emergencial e focalizada, no qual o desenvolvimento da sociedade, o poder Político Estatal e as fases econômicas expressam a história da assistência e permanência estudantil no Brasil. Contudo, às políticas assistenciais são compreendidas como donas de “ [...] um perfil limitado e ambíguo: se apoiam muitas vezes, na matriz do favor, do apadrinhamento, do clientelismo e do mando, formas enraizadas na cultura política do país [...] ” (YASBEK, 1993, p. 50).

Na concepção que se tem de educação enquanto políticas públicas de direito às condições postas são de desigualdades de acesso que quando fornecida é vista como uma concepção da carência ocasionada pela sociedade capitalista, sobretudo, na contemporaneidade a educação coloca-se uma mola diante das desigualdades brasileiras. Sendo assim, o grande interesse é formar um exército de reserva de diplomas, ampliando número de vagas sem nem se quer dar condições de acesso. O REUNI⁶, que foi implementado em 2006, trouxe justamente essa lógica, no qual colocou como objetivos:

O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais/REUNI foi implementado, em 2006, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência dos estudantes na educação superior, em nível de graduação, por meio do melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas Universidades Federais. Este Programa assumiu como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito (BRASIL, 2007, p. 9).

Assim, o PNE – Plano Nacional de Educação justificou a criação do REUNI, tendo eixo central ampliar o crescimento de números de vagas em vários cursos de graduação sendo

⁶ Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>.

que se tornou-se algo alarmante por não dar condições, pois a exemplo, o mesmo se tornou em uma espécie de “aposta” ligado a uma lógica mercadológica. Nesta mesma linha é possível entender que essa “lógica de aposta” se trata de implementar políticas que não permitem entender a realidade, assim como encará-la. Neste sentido, Silveira, (2012) expressa que:

As políticas de acesso ao ensino superior implantadas a partir do paradigma neoliberal, trazem em seu escopo o desmonte das universidades públicas e um incentivo à privatização da educação, ocasionando dificuldades para concretização deste acesso, tornando necessárias políticas de inclusão (SILVEIRA, 2012, p.41)

O Plano previu a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil, mas, considerando as reformas do Estado aos moldes do neoliberalismo, que reduziram os gastos no setor público, prejudicando as políticas públicas de modo geral, os investimentos com assistência ao estudante passaram a ser direcionados e focalizados nos mais pobres, prejudicando a universalização deste direito social (GRAEFF apud MOREIRA: 2017; p.41).

O REUNI deu possibilidade de acesso nas universidades públicas de ensino superior, mas, ao mesmo tempo não deu condições de permanência para aqueles que estavam em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ocasionando ainda mais críticas. O REUNI baseavam-se na redução de docentes assim como a contratação de técnicos intensificando e precarizando o trabalho dos professores especificamente em universidades públicas federais.

Sem falar, que nesse mesmo contexto foi necessário rever o sistema de distribuição de vagas pelo Sistema de Seleção Unificada⁷ (SISU) que foi criado em 2010 pelo governo federal, como alternativa aos vestibulares realizados até então, de forma descentralizada, pelas instituições públicas de Ensino Superior (BRASIL, 2010). O modo avaliativo do SISU ocorre via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que por si só já traz níveis de desigualdades de acesso e indicadores de potencialidades individuais.

Assim os autores Nogueira, Nonato, Ribeiro e Flantino (2017), trazem aspectos sobre o SISU, de modo geral podemos dizer que o SISU traz consigo pelo menos dois aspectos que podem ser considerados positivos do ponto de vista da inclusão de novos grupos sociais ao Ensino Superior. O primeiro deles, conforme abordado anteriormente, se refere à possibilidade de ampliação do acesso em função da diminuição dos custos que antes seriam necessários para participação em múltiplos processos seletivos.

⁷ O Sisu é o sistema informatizado do Ministério da Educação. Informações mais detalhadas Disponível em: <http://sisu.mec.gov.br/>.

Deixa de ser necessário que o candidato disponha de recursos financeiros para inscrição e deslocamento entre diferentes instituições públicas federais do país para concorrer a vagas nos cursos de graduação. O segundo, que supostamente possui maior efeito inclusivo, diz respeito à obrigatoriedade da articulação do SISU com a Lei de Cotas. Em função dessa obrigatoriedade, esperava-se uma visível alteração no perfil social dos estudantes das universidades federais. (NOGUEIRA, NONATO, RIBEIRO E FLANTINO, 2007, p.20).

Os diálogos apontam através do Reuni e do Enem/ SISU constituiu-se controlar a taxa de evasão no intuito de ampliar o número de vagas nas instituições federais de ensino superior assim como democratizar e expandir a assistência estudantil subsidiadas pelos programas. Na verdade, a partir do início do século XXI como a aprovação do Plano Nacional de Assistência Estudantil em 2007, já pegando o “fio da meada” do Reuni e que só então a assistência estudantil ganha expansão. Nascimento ressalva:

No atual contexto, a assistência estudantil ao atribuir materialidade aos discursos dos governos autointitulados novo-desenvolvimentistas, está servindo para “justificar” as contrarreformas em curso no ensino superior, e, mais ainda, desempenha papel instrumental ao alcance das metas produtivistas cujo pilar é a expansão de vagas e matrículas na educação superior (NASCIMENTO, 2013, p.96).

Desta forma, o Programa Nacional de Assistência Estudantil, que entrou em vigor em primeiro momento através da Portaria normativa do MEC em 2008 e somente depois foi estabelecida como programa do governo através do Decreto nº 7.234/10 que em seu art.1º diz que “O programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública Federal”, a mesma contém diretrizes amparadas pela Lei de Diretrizes e Base da Educação. Conforme o documento do FONAPRACE intermediado pela ANDIFEIS:

A assistência estudantil é reconhecida como uma política de inclusão social que pretende possibilitar a estudantes com baixa condição socioeconômica a participação em atividades acadêmicas em condições de igualdade com os demais estudantes, na medida em que atende às necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte, além de programas e projetos nas áreas de atenção à saúde física e mental, cidadania e cultura, esporte e lazer, acessibilidade, inclusão digital, ensino de línguas estrangeiras e apoio pedagógico (FONAPRACE, 2012, p. 63).

Vale lembrar que a PNAES não se trata de uma lei, e na sua caracterização de política de governo em sua condição de Decreto serve apenas como base para a execução da assistência estudantil nas IFES no intuito de ampliar e garantir a democratização ao acesso e

permanência dos discentes inserido nas IFES, respeitando as diversidades e especificidades regionais, sendo que à mesma pode vim a ser vigorada. Além disso sinaliza em seu artigo 5º que a prioridade do atendimento será exclusivamente “estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio” (BRASIL: 2010; p.5). À vista disso;

[...] A democratização do acesso implica na expansão da rede pública, bem como na abertura de cursos noturnos. A democratização da permanência implica na manutenção e expansão dos programas de assistência “(FONAPRACE, 1993, p. 110), “[...] As propostas que mais uma vez encaminhamos dizem respeito a uma política que possa assegurar ao estudante sua permanência na Universidade e com isso, possibilitar melhor desempenho nas questões acadêmicas e, por conseguinte, melhor qualificação”. (FONAPRACE, 1993, p. 161). “[...] preocupação com a construção de políticas voltadas para a plena cidadania do homem universitário, no lugar do assistencialismo alienante e empobrecedor...” (FONAPRACE, 1993, p. 301).

Cabe ressaltar, que não se trata apenas da cessão de bolsas e auxílios aos estudantes de vulnerabilidade socioeconômica, mas sim, garantir acesso a outros direitos com intuito de formar profissionais qualificados. As preocupações existentes é o fato da permanência não haver um investimento tão grande em relação ao número de acesso e inclusão no ensino superior, desde modo, fica evidente a fragilidade das IFES, ou seja, há um desequilíbrio em relação ao acesso e permanência. A partir disso, Recktenvald, Mattei e Pereira (2003) colocam como resolutividade:

Uma solução reducionista seria olhar para os dois subsistemas mencionados (Acesso e Permanência) e equilibrá-los por meio de forças positivas ou negativas: ou aumenta o quantitativo de recursos do PNAES ou reduz o investimento no acesso. Parece-nos muito claro que essa não é a solução. As coisas tendem a ser mais complexas, uma vez que um sistema aberto envolve outros subsistemas, percebidos ou que podem estar além da nossa capacidade de percepção; são muitos os interesses e também são muitas as forças que envolvem esse sistema complexo (RECKTENVALD, MATTEI E PEREIRA, 2018, p.415).

É importante frisar que essas medidas de “democratização” incentiva a rotatividade e a mobilidade dos estudantes, em outras palavras a assistência mais uma vez atribuída à um caráter de aura democratizante imposta pelo Estado burguês. Segundo Nascimento (2013). Esta dimensão ideológica, cumprida pela assistência estudantil neste processo específico, é responsável pela mistificação da realidade tanto por atribuir uma face “ética” às propostas produtivistas implementadas nas IFES, quanto por mistificar os próprios desafios ainda presentes, e, cada vez mais acirrados na realidade da própria assistência estudantil desenvolvida nas IFES (NASCIMENTO, 2013, p. 149).

Ainda dentro da PNAES, é cabível coloca-se em pauta a Portaria de nº 389/2013 que cria o Programa Bolsa Permanência que dar bolsa de permanência para estudantes de IFES. Bolsa essa que é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica. (BRASIL, 2013). Em seu art 3º traz como objetivos:

I - viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas; II - reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; e III - promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico (BRASIL, 2013, p.1).

Alguns critérios são priorizados pelo programa, critérios esses que prioriza os indígenas e quilombolas independente da carga horária de seus cursos, assim como, possuir renda familiar de um salário mínimo e meio. Para os não indígenas e quilombolas, estudantes precisam estar matriculados em cursos de graduação com cargas horárias iguais ou superior a cinco diárias.

E não podendo deixar de situar considerações importante em relação as Políticas de Ações Afirmativas, essa tem se caracterizado historicamente como uma perspectiva social. Em linhas gerais ao posicionar a discussão sobre o ensino superior pode-se perceber nitidamente a Política de Ações Afirmativas em prática, exemplo disso, o sistema de cotas dentro das universidades públicas. Essas ações são políticas públicas ou privadas que tem como intuito de neutralizar as discriminações com a minoria, frente a isso Teixeira (2009):

Entre as medidas de Ações Afirmativas educacionais mais comuns destaca-se o sistema de reserva de vagas. Também conhecido como “cotas”, este sistema se constitui na reserva de um percentual do número total de vagas oferecidas pela instituição de ensino, seguindo critérios como cor, raça, etnia ou renda. Tais critérios variam de acordo com cada instituição de ensino, que pode adotar apenas um dos critérios mencionados ou todos, conforme o tipo de público o qual se pretende contemplar (TEIXEIRA, 2009, p.36-37).

Ironicamente, a expressão de que não há racismo no Brasil torna-se a Política de Ações Afirmativas como sendo algo irrelevante na qual encontra-se arraigado nesse termo o discurso que a Política está voltada apenas para “negros, pretos, pardos e pobres” que

“provem” uma lógica de silogismo⁸. Apesar de que viver em uma sociedade totalmente pluralista o que é posto é a desigualdade sócio econômica muito bem explicita por Kal Marx⁹, entre brancos e negros, pobres e ricos.

Salienta-se que a Educação acadêmica tem seu papel importante quando coloca a democracia como sendo racial, segundo, Júnior (2004):

2) há comprovação de desigualdade pronunciada entre brancos e não-brancos em nossa sociedade, expressa em diferenciais de renda, educação e ocupação; 4) os cargos e posições de maior prestígio em nossa sociedade são quase exclusivamente ocupados por pessoas brancas; por fim, 5) a educação parece ser um momento chave de produção ou de reprodução dessa desigualdade. Dado esse estado de coisas, políticas de ação afirmativa parecem plenamente justificáveis. Ou seja, a ação afirmativa não só se encaixa perfeitamente na estrutura moral-normativa do Estado de Bem-Estar democrático, mas também se justifica quando examinamos o quadro social, político e econômico brasileiro (JUNIOR, 2004, p.300).

Mas seria essa política fiscalizadora e seletista? Contudo, deve-se ter claro de que não se trata apenas de políticas voltadas para acesso, permanência, melhoria do Ensino, mas, levada a um nexos de justiça social, garantia de igualdade interligado ao conceito de universalização e equidade. Além disso, rompem esse sentido de criação para dar a garantia ao “negro, pardo e pobre” produzindo a desigualdade racial, econômica e cultural. A questão a ser posicionada é como podemos considerar essa política? O fato é que diante de todo esse processo a ideologia (dita burguesa) atua com convicção de que somos todos cidadãos dos mesmos direitos, havendo claro, uma contradição diante da realidade.

Na verdade, até mesmo a própria Constituição Federal não está fora dessa ideologia, daí porque embora o discurso seja de elogio por trás disso há uma expressão mesclada. Júnior e Campos (2016) situaram a fala do Ministro Lewandowski em sua obra quando o tal Ministro colocou distinções entre seu voto e o entendimento da Política de Ações Afirmativas [...] programas de ação afirmativa tomam como ponto de partida a consciência de raça existente nas sociedades com o escopo final de eliminá-la. Em outras palavras, a finalidade última desses programas é colocar um fim àquilo que foi seu termo inicial, ou seja, o sentimento subjetivo de pertencer a determinada raça ou de sofrer discriminação por integrá-la. [...] (JÚNIOR E CAMPOS, 2016, p. 285).

A verdade é que tudo isso começa com a Lei nº12.7771/2012 que veio estabelecer que fosse concedido 50% das vagas obrigatoriamente a esse público excluído socialmente em

⁸ Conforme o dicionário aurelio a palavra significa: Argumento formado de três proposições; a maior, a menor (premissas) e a conclusão deduzida da maior, por intermédio da menor.

⁹ Ver O Capital, 2011.

todas as Instituições Federais, Estaduais e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A Lei elencou pontos fundamentais para o advento, sendo elas critérios de renda, alunos oriundos de escolas públicas, candidatos pretos e pardos e indígenas de escolas públicas.

Como já supracitado, os programas que mais evidenciam essas Políticas de Ações Afirmativas são o PROUNI, FIES, PBP, assim como a Política de Cotas nas Instituições Públicas, todas elas tiveram o seu papel fundamental através do REUNI para a implementação dessas Ações Afirmativas. Com tudo isso não se pode glorifica-se frente a essas conquistas, conquistas essas depois de muita luta pelos movimentos sociais, em especial, o movimento negro e estudantil.

Cabe ainda se colocar em pauta que as práticas ainda são totalmente ineficazes, pois, infelizmente a política educacional em nosso país não teve investimentos como outras políticas e que essa desigualdade racial no Ensino Superior ainda precisa ser debatida, ser questionada por melhorias de acesso e permanência sem restrições sem reafirmar mais ainda o que precisa, o que pode ser mudado e o que pode ser conquistado.

Portanto, as ressalvas aqui feitas não se esgotam quando a única lógica ligada ao procedimento do governo do Presidente Lula nessa ampliação da “UNIVERSIDADE OPERACIONAL” (CHAUÍ, 1999) é dos princípios da economia, da burguesia do Estado assim como a “meia política” como o mesmo ampliou, reformou, deu acesso a classe subalterna mais deixando de lado a não efetividade real e concreta das propostas de governo. À vista disso, tratarei a seguir sobre o real objetivo do PNAES frente a realidade do Ensino Superior nesses dias atuais e se sua lógica posta por lei atende realmente as necessidades dos estudantes beneficiários da Política de direito.

CAPÍTULO II – MATERIALIZANDO O (IM) POSSÍVEL? O SERVIÇO SOCIAL E O PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O capítulo buscará refletir sobre o que está posto na contemporaneidade retomando as discussões da PNAES na qual veio para proporcionar a garantia e a permanência dos estudantes no Ensino Superior, assim como fomentar o debate entre os elos existentes entre o Serviço Social e PNAES. Não obstante, busca-se também elucidar as condicionalidades, exigências e possibilidades colocadas no fazer profissional do assistente social para executar a Política em relação aos auxílios articulando e mediando por meio da instrumentalidade que estão embasadas nas dimensões norteadoras da profissão para a materialização do projeto ético político. Ao mesmo tempo, situa-se como o profissional consegue atender o que é exigido pelo Estado capitalista para eles atuarem de forma extremamente seletiva para a garantia do direito à Educação no acesso e permanência.

2.1 ENTRE O REAL E O PRETENDIDO: CONDICIONALIDADES, EXIGÊNCIAS E POSSIBILIDADES POSTAS PARA O SERVIÇO SOCIAL NA EXECUÇÃO DA PNAES

O debate do Serviço Social inserido na Política de Educação não é novo, esse trabalho profissional permite compreender o que determina o projeto ético político da profissão. Paralelamente, fortalece conforme o (CFESS,2012) uma luta por uma educação, gratuita, universal e de qualidade, assim embora muitos tendam a afirmar que se trata de um debate ou de um campo novo, a vinculação do Serviço Social com a Política de Educação foi sendo forjada desde os primórdios da profissão como parte de um processo de requisições postas pelas classes dominantes quanto à formação técnica, intelectual e moral da classe trabalhadora, a partir de um padrão de escolarização necessário às condições de reprodução do capital em diferentes ciclos de expansão e de crise (CFESS, 2012, p.15-16).

Sabe-se que esse debate é pertinente ao Serviço Social pois a amplitude de possibilidade para o assistente social na Educação é tão necessário quanto em outros campos de atuação, embora que este profissional deve-se desenvolver sua postura crítica e propositiva na totalidade da vida dos sujeitos que buscam as políticas públicas. A realidade posta traz consigo a necessidade de o profissional atender as demandas oriundas do sistema assim como sendo ponte mediadora da classe subalterna e classe dominante no campo da educação não poderia ser diferente, estes profissionais precisam estar inteiramente interligados a atender essas demandas do sistema, mas em contraponto garantindo o direito. Para Yamamoto, analisar

o trabalho do assistente social como concreto e ao mesmo tempo abstrato requer a realização de análises específicas das condições e das relações sociais em que ele ocorre (IAMAMOTO, 2014, p. 430).

Ao contemplar essa descrição no cotidiano não é tão fácil quanto parece, quando se trabalha com políticas que deveriam ser executadas conforme é posto no papel a efetivação deveria se tornar algo mais concreto e possível, não é à toa que a Educação do país está longe das prioridades nacionais. É sabido, no entanto, que o espaço do Ensino Superior para o fazer profissional se constitui assim como outros espaços totalmente precarizados no que se trata a recursos humanos e estruturais. É nesta linha que Moreira (2017) coloca em relação que:

Algumas destas determinações sociais presentes no trabalho profissional podem ser identificadas como a precarização, a subcontratação, metas de produtividade, a condição de assalariado. O estado, na medida em que se constitui como o maior empregador de assistentes sociais, que executa também a função de operacionalizar as políticas públicas, influenciando ainda mais na atuação profissional dos assistentes sociais (MOREIRA, 2017, p. 58).

Neste caso não podemos perder de vista a dimensão do Programa Nacional de Assistência Estudantil na qual é posta para o profissional no Ensino Superior diante o contexto de cortes, uma execução de forma rasa, debilitada levando ao mesmo identificar qual a situação de extrema vulnerabilidade maior para a concessão do direito devido a escasso e as determinações como muito bem apontadas pela autora Iamamoto, também contempla tal abordagem reportando-se ao tensionamento “[...] entre a defesa dos direitos sociais universais e a mercantilização e re-filantropização do atendimento às necessidades sociais”, (IAMAMOTO, 2014, p. 196-197).

Embora, sem esquecer que o Serviço Social é uma profissão que responde as demandas sociais frutos das expressões da questão social mediada de forma ontologicamente e interventiva no seu espaço institucional totalmente caótico, desarticulado e sem determinações. Deve-se ressaltar, entretanto:

Frente à abertura de um campo de trabalho para o assistente social nas universidades, particularmente junto aos programas de auxílio permanência, torna-se necessário aprofundar os conhecimentos acerca desta política, frente às diversas expressões da questão social presentes no campo educacional (LESSA, 2013, p. 114).

Sendo assim, a existência da Assistência Estudantil não é contrária das outras Políticas de Assistência, no entanto, limita os profissionais (obrigatoriamente) o seu fazer volta-se cada

vez mais seletivo, focalista e restrito, principalmente no que diz respeito as Universidades Públicas em decorrência do sucateamento nos últimos anos.

Sobretudo, faz necessário que estes profissionais levem em consideração a pesquisa em relação ao campo para conhecer mais sobre tal política, aprofundando as particularidades das ações, assim como não os levar a executá-la como um mero instrumento funcional. Mas a questão aqui a ser abordada é justamente a carência desse conhecimento na qual debilita o avanço profissional no Ensino Superior para dar de conta das demandas exigidas no espaço sócio ocupacional. No que diz respeito ao Programa de Assistência ao Estudante, Castro (2009) ressalva que esta:

Deveria incorporar, além de uma infraestrutura material, suportes de escuta e pedagógicos para equiparar estudantes com históricos distintos, independentes de serem ou não cotistas. É importante no debate sobre Política a discussão sobre a concepção de assistência, que não deve ser reduzida a repasse de auxílios materiais (CASTRO, 2009, p.255).

A lacuna é no tocante ao que o Serviço Social deveria dedica-se em relação ao Programa aqui mencionado, das contradições inerentes a ela, a apreensão e a interligação com esboços das classes em sua volta, já que a esfera assistencial expõe as intervenções do Estado nas Políticas brasileiras e é neste caminho que se leva a crítica em relação a percepção da Assistência, seja ela assistencial ou estudantil. É assim que a proposta de serviços de um de ponto de vista na qual o mecanismo assistencial presente nas políticas sociais “[...] revela-se, ao mesmo tempo, como exclusão e inclusão dos bens e serviços prestados direta ou indiretamente pelo Estado [...]” (SPOSATI ET AL: 2008; p. 30). E assim na contemporaneidade esse mecanismo oferecido pelo Estado institui uma carência meramente compensatória ainda mais intensa.

O projeto profissional do assistente social coloca alguns princípios que norteiam o exercício profissional, tais como: liberdade, igualdade, autonomia, defesa dos direitos sociais e humanos, justiça social, entre outros, na busca por uma sociedade mais justa e igualitária. A materialização deste projeto ético-político ocorre a partir da intervenção profissional, por meio de uma compreensão crítica da realidade e de suas condições sociais (MOREIRA, 2017, p. 60).

Isso é o que o Assistente Social precisa ter convicção do seu fazer nesse âmbito, mas será que é dessa forma que ocorre? Certamente que não, diga-se de passagem, ainda há muito que melhorar, porque mesmo sendo um “executor mediador da política” o mesmo precisa vender sua força de trabalho para sua própria subsistência. “Como trabalhador especializado,

o assistente social deve apresentar propostas profissionais que vislumbrem soluções para além da requisição da instituição, cujas demandas são apresentadas na versão burocratizada e do senso comum, destituídas da tradução ético-política ou da interpretação teórico-metodológica.” (PAIVA, 2000, p. 81).

Os apontamentos acima mencionados revelam ao mesmo tempo que o assistente social precisa ter compromisso junto aos desafios da classe para dar materialidade às suas habilidades e atribuições. Desde modo, o fazer não irá ser visto apenas como executor da política nem mediador das tensões oriundas das demandas sociais. Do ponto de vista mais amplo, faz-se necessário situar o Estado no qual está inserido como aparelho ideológico do capital, que dar a Política para responder essas tensões, mas influenciar o capital a girar cada vez mais e tornar a Política de Educação no Ensino Superior como uma ferramenta especializada para o mercado de trabalho. Bem como, Nascimento (2013) destaca:

Expansão da assistência nas IFES integra as novas estratégias hegemônicas da classe dominante (e suas representações na aparelhagem estatal) na tentativa de consolidar seus projetos educacionais. Neste sentido, a funcionalidade da assistência estudantil à “nova pedagogia da hegemonia” burguesa se expressa na sua instrumentalidade em produzir respostas concretas (no que tange ao controle dos níveis de evasão e retenção universitárias) às propostas produtivistas dos programas do chamado processo de “democratização “da educação superior (NASCIMENTO, 2013, p.117).

Como se esperar então uma materialidade de uma Política que dar acesso e permanência aos estudantes e não dar condições, recursos e espaços necessários para os profissionais tocarem a Lei na efetivação do direito? É relevante que o profissional de Serviço Social tenha uma aparato teórico-metodológico e ético-político que proponha estratégias diferentes no lado individual e coletivo para desvelar distinções da Política de Educação. Além disso, é indispensável ter-se claro o caráter que a avaliação representa na análise da PNAES, pois a mesma possui aspectos adversos:

[...] podendo ser tomada como instrumento meramente técnico, como também, ao inverso, ser concebida e realizada enquanto processo político transformador e de caráter público. Trata-se, porém, de apropriações distintas acerca da avaliação; a primeira no sentido estritamente instrumental e tecnocrático para servir a anseios operacionais burgueses; a segunda dar-se-ia no sentido de se fazer da avaliação um canal aberto à participação popular ao fornecer elementos que pudessem subsidiar uma leitura crítica da realidade, sem os fetiches que a ideologia dominante utiliza para ocultar as origens de classe das expressões da “questão social” (ALVES, 2007, p. 27).

Nesse sentido, as ações que vem sendo desenvolvidas no âmbito educacional não possuem em sua essência o caráter universal, enquanto direito social, que deveria ser assegurada a todos os sujeitos. As estratégias têm se pautado em “políticas pobres para os pobres”¹⁰ (LEITE, 2012, p. 468). O fato é que as ações que deveriam ser desenvolvidas têm muito mais a ver com ir além dos procedimentos técnicos, está articulado com lutas sociais que garante condições suficientes para a permanência dos estudantes durante todo o seu período de graduação.

Ainda cabe pautar, que a inserção do profissional de Serviço Social possui uma dimensão particular no que diz respeito a esse espaço sócio ocupacional, necessitando um trabalho para ir além das normas institucionais. A garantia da qualidade da educação que deve pautar a atuação profissional “se ancora na perspectiva de uma educação que contribua para emancipação humana e que não prescinde, para tanto, da apropriação, pela classe trabalhadora, do acervo cultural, científico e tecnológico produzido pela humanidade” (CFESS, 2012, p. 44).

É inegável que o termo democratizar ocorra de forma equitativa e de qualidade, se houvesse uma educação mais complexa serviria de referências para outros países, porém, a Educação, principalmente o Ensino Superior está longe da Educação dos países desenvolvidos pois ainda se pauta em apenas ter um diploma, não importa como se adquira essa titulação, e é nisso que deve fragmenta-se o exercício profissional do assistente social, na qual deve estar pautado com a ampliação de uma Educação para além desse diploma, uma Educação acompanhada do senso crítico, da concepção da realidade, da emancipação do sujeito. Tentar posiciona-se frente a essas questões. Partindo dessa premissa o conjunto CFESS-CRESS pressupõe que:

Pensar a educação permanente no Serviço Social pressupõe, portanto, afirmar o projeto profissional, articulando uma dupla dimensão: de um lado, as condições macros societárias que estabelecem o terreno sócio histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo dos/as agentes profissionais a esse contexto, apoiadas nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social (CFESS-CRESS, 2012, p. 9).

¹⁰ O que se observa é que os programas de transferências de renda focalizados na pobreza e na extrema pobreza revelam, sob a orientação da ideologia neoliberal profundas mudanças nas políticas sociais contemporâneas. A mais significativa delas é a substituição de políticas e programas universais por programas focalizados na pobreza e na extrema pobreza, como se política social fosse “coisa de pobre”. Outra constatação é o fato de que esses programas apenas “aliviam” a pobreza, desenvolvendo-se ao largo de políticas econômicas que não se alteram (YAZBEK, 2012, p. 310)

Esse objetivo é o que se procura abordar, a importância do profissional está articulada com PEPS para a execução do seu fazer, além de tudo, o assistente social precisa estar inteiramente interligado aos movimentos sociais, especialmente o movimento estudantil que é o objetivo da discussão aqui tratada, nela se destaca uma das mais importantes prioridades a ser dispor. Para isso abordar a instrumentalidade junto a mediação é de fundamental importância para a garantia do direito a Educação que a profissão defende e à perspectiva emancipatória conforme deve ser.

2.2 ARTICULAR INSTRUMENTALIDADE E MEDIAÇÃO PARA GARANTIR O DIREITO À EDUCAÇÃO: MAIS QUE UM SIMPLES FAZER, UM COMPROMISSO PROFISSIONAL A SER EXERCIDO

Quando se fala em Serviço Social em um determinado campo de atuação reporta-se a como o profissional se desenvolve a partir das necessidades impostas pela ordem burguesa, do mesmo modo, é no campo das Políticas Sociais principalmente em sua implementação que se funda o espaço sócio ocupacional dos assistentes sociais. A ótica de racionalização em relação ao Estado¹¹ fragmenta-se no enfrentamento da questão social com políticas setoriais onde se tornam-se focalistas, autonomizadas, formalistas, abstraídas com conteúdo levados a Política Econômica onde não se visa rompimento com a lógica capitalista, ao contrário, acabam tornando-se formas de se solucionar os problemas sociais de forma imediatizadas. Convertendo-se assim, em instrumentos racionalizadores das necessidades e interesses da classe trabalhadora.

Mas o que tudo isso tem a ver com o Ensino Superior e o fazer do assistente social? Essencialmente tudo que interliga o exercício profissional diante da divisão social e técnica do trabalho a este é pertinente o reconhecimento de sua prática bem como aplica-la mediatizando a relação entre as classes. Estas considerações segundo Iamamoto (2004), remete-se que este profissional “seja capaz de responder às demandas atuais feitas à profissão a partir do mercado de trabalho e de reconhecer e conquistar novas e potenciais alternativas de atuação, expressão de exigências históricas que se apresentam à profissão pelo desenvolvimento da sociedade em um contexto conjuntural específico” (IAMAMOTO, 2004, p.163).

A partir daí a magnitude da efetivação da intersectorialidade entre as políticas públicas sejam capazes de fortalecer a concepção de uma sociedade mais justa e igualitária, desta forma, o trabalho do profissional com a política de assistência seja ela social ou estudantil

¹¹ Estado esse o maior empregador dos assistentes sociais.

deve ser levada em consideração como uma indispensabilidade. Portanto, convém um fazer que seja capaz de desvendar seus fundamentos conservantistas e tecnocráticos. Sobre isto, Erinaldo Nicacio (2008), sustenta que:

O fato do assistente social levar em consideração diferentes níveis de análise na sua prática não faz dele um eclético. É precisamente a impossibilidade de articular as diferentes determinações de sua prática que o conduz a uma visão fragmentária, pragmática e intuitiva (NICACIO, 2008, p.55).

Assim sendo, deve-se então abordar a importância da instrumentalidade do Serviço Social na qual pode ser apreendida como um conjunto de condições que a profissão cria e recreia no exercício profissional, porém, a mesma pode ser vista sob níveis diferentes¹². Na qual no primeiro momento, a Instrumentalidade pode ser pensada como uma condição da evolução da profissão, na qual é tomada como um instrumento de controle que tem como função (intervir, planejar, executar e avaliar) usado pela ordem burguesa para a reprodução da sua ideologia.

Consequentemente, o Assistente Social no Ensino Superior atua no desenvolvimento de uma política institucional de assistência estudantil, com as atribuições de planejar, elaborar, coordenar, executar e avaliar os programas que compõe essa política. (RADALLI, 2012, p.82). O mesmo ainda desempenha suas atribuições com atendimentos aos alunos que buscam o setor do Serviço Social afim de retirar suas dúvidas pertinentes aos programas, mas ao retomarmos a discussão, anteriormente em relação a instrumentalidade, a mesma localiza-se nas respostas que atribui as demandas que lhes são colocadas no espaço profissional, tratadas com uma lógica individualista com respostas totalmente imediatas para atender os interesses da burguesia.

Nesse sentido, o seu fazer precisa ir para além das rotinas institucionais, indo além da análise socioeconômica documental, entrevistas, pareceres técnicos e visitas domiciliares que são realizadas anualmente em virtude do processo para concessão de bolsas como o auxílio moradia.

Como bem posiciona Guerra (2010), em decorrência da razão instrumental tendem-se a desenvolver no interior da profissão vertente modernizadora do Serviço Social as

¹² Segundo Guerra (2007), estes níveis estão relacionados no que podemos elencar sob 3 momentos: No primeiro o Serviço Social é visto como uma técnica social e o profissional como um executor das práticas burguesas; no segundo é quando se percebe o referencial estratégico, ou seja, o instrumental técnico do Serviço Social como reduzindo a um conjunto ou instrumento. E no terceiro momento a instrumentalidade surge como mediação, pois esta utiliza das teorias como recurso para fundamentar a prática colocando-se no âmbito dos direitos sociais com questionamentos críticos sobre a sua funcionalidade e a instrumentalidade.

quais empobrecerem a maneira de como se concebe o Serviço Social, na qual o mesmo é visto como uma técnica social de psicologização dos problemas sociais e o profissional como um funcionário do desenvolvimento social adquirindo um perfil sócio técnico. Reduzindo assim, o saber e o fazer do profissional colocando ele apenas como executor de práticas da classe dominante, para desta forma poder da correção as disfunções.

Com tal característica Piana (2009), situa que a profissão “trabalha essencialmente as relações sociais por meio de uma ação global de cunho socioeducativo e de prestação de serviços”. (PIANA: 2009; p.186). Outra problemática em relação a esse espaço de trabalho o (Ensino Superior) é como se percebem o referencial estratégico, ou seja, o instrumental técnico do Serviço Social como um conjunto de instrumentos e técnicas que são neutros, abstratos, vazios de conteúdo, os quais os homens devem direcionar para o alcance de suas finalidades.

O problema é que consideram apenas as propriedades naturais dos instrumentos, sem pensá-los como produtos dos homens para a satisfação de suas necessidades. E como para Yamamoto, “Pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua recriação” (IAMAMOTO, 2010, p. 19).

Ao contemplar essa análise, pode-se levar em consideração a importância da instrumentalidade do Serviço Social utilizada como mediação que a autora Guerra (2010) ressalva, que mesmo essa instrumentalidade tenha surgindo em um universo de práticas psicologizantes e moralizantes para atender os interesses do capitalismo burguês, o Serviço Social consegue se colocar no âmbito dos direitos sociais através de questionamentos críticos sobre a sua funcionalidade e instrumentalidade.

Dessa maneira, acontece a ampliação da sua funcionalidade que faz com que a instrumentalidade se desprenda de sua condição histórica de surgimento. Contudo, o profissional consegue (ou tenta) mediatizar suas ações através de referências teórico-metodológicas e princípios éticos-políticos, projetando não apenas os meios e instrumentos utilizados para tal realização, mas também as suas consequências onde a instrumentalidade pode ser entendida enquanto mediação, em outras palavras, quando ocorre a passagem das ações instrumentais e ações carregadas de pensamento crítico e reflexões teóricas.

Mas na verdade no âmbito do Ensino Superior, como Trindade (2012), observa e que fica evidentemente explícito que em decorrência disso:

O aumento da demanda e a escassez de verbas levam os profissionais a desempenhar a tarefa de selecionar aqueles que terão acesso ao serviço, através do levantamento de informações sobre a vida dos usuários. Assim coloca-se uma contradição, ainda que os profissionais procuram socializar as informações na perspectiva da universalidade dos Serviços Sociais, na hora de repassar o recurso material, sua ação se pauta num processo de seletividade dos serviços (TRINDADE, 2012, p. 75).

Sendo que tudo:

Isso mostra que o direcionamento do discurso profissional não é suficiente para romper a lógica fragmentária dos serviços assistenciais. A perspectiva do direitos social, ainda que seja enfatizada no discurso do profissional que repassa o recurso, é atropelada pela seletividade¹³ imposta pela instituição (Ibidem, 2018, p.75).

Em última instância, o que define então o que profissional deve ou não fazer? A quem o profissional deve então garantir o direito da assistência estudantil? Seria uma política para todos ou apenas para os estudantes “selecionados” que estejam em situação de extrema vulnerabilidade? Então é nessa perspectiva que Nadir Zago (2006, p.228) compreende sobre esse posicionamento, “uma análise sobre a presença de categorias sociais antes excluídas do sistema de ensino levanta necessariamente a questão: o acesso à universidade sim; e depois? ” Portanto, a intrínseca relação entre a educação no Ensino Superior e reprodução do capital, e assim as evidências históricas demonstram o quão é falho essa perspectiva de dar um acesso e não dar condições nem do trabalhador que ali trabalha com a política para dar um serviço qualificado ao estudante que busca além desse acesso a permanência até o fim da sua graduação.

Há uma percepção muito contraditória quando em algumas obras como a da Yamamoto (2010, p. 19) diz que “Pensar o Serviço Social na contemporaneidade requer os olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua recriação”, quando na verdade não depende só do assistente social, ora, então ao perceber que a realidade se contrapõe às próprias condições de trabalho levando a um fazer mais burocratizado e selecionado.

Observa-se ainda, que os processos condicionantes ao Ensino Superior estão profundamente ligados ao Serviço Social, quando estes apresentam uma participação da sociedade, a promoção da democracia e o Exercício da cidadania. Ao abordar esta relação

¹³ Seletividade essa, que compõe quais são os usuários que em sua situação mais vulnerável será privilegiado pela política, assim, o profissional é colocado como aquele que enxerga qual a pior situação de todas que necessita de uma intervenção de “emergência” diga-se de passagem.

destacam-se os princípios fundamentais da profissão conforme posto no Código de Ética dos Assistentes Sociais (1993):

Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerente – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida (BRASIL, 1993, p. 01).

Em continuidade aos princípios supracitados:

Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democráticas;
Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados com o constante aprimoramentos intelectuais; Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste código e com a luta geral dos trabalhadores (BRASIL, 1993, p. 01).

E por último um dos penúltimos pontos destes princípios é fator da discussão aqui levanta onde é necessário ter:

Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe sociais, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física (BRASIL, 1993, p. 01).

Diante do exposto, é possível ser visto que mesmo tendo como princípios fundamentais torna-se algo fragmentando na medida em que o profissional trabalha em um processo de analisar a situação de vulnerabilidade que o estudante está inserido via documentação frente a inúmeras demandas e de redução de recurso para a política, a sua ação é balizada por um caráter apenas executor, entende-se que ainda que o profissional desempenha absolutamente o viés de garantia de direito deixa-se de lado o seu papel político educativo. Em contraponto, não existe, e nem pode existir, a possibilidade de se confundirem suas ações, atribuições e competências.

Ao contemplar a descrição, Martins (2007), de acordo com essa análise, apresenta a dimensão educativa que envolve a atuação do Assistente Social. Portanto, o papel educativo do assistente social é no sentido de elucidar, desvelar a realidade social em todos os seus meandros, socializando informações que possibilite a população ter uma visão crítica que contribua com a mobilização social visando à conquista dos seus direitos (MARTINS, 2007, p.135). Percebe-se o quão é árduo esse trabalho se torna frente a um sistema capitalista neoliberal, dominado pela competitividade, a despreensão ao próximo e o crescimento individualista.

Hoje, hegemonicamente, a categoria segue uma linha de valores e princípios, os quais foram construídos historicamente e fundamentados teoricamente, em luta pela defesa dos direitos humanos e da não exploração da classe subalterna, da humanização das relações sociais, da equidade e justiça social. Como bem menciona Netto (1999), uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc. São vários, portanto, os constitutivos de um projeto profissional, que deve articulá-los coerentemente.

É importante considerar e reafirmar que este trabalho não pode se restringir-se apenas aos discentes, mas amplia-se em torno de tudo que os envolve, como o espaço institucional, a família, a comunidade, a rede sócio assistencial dentre outros. Desde modo, pode-se pontuar o quão é desafiador o cotidiano e o quanto são difíceis encontrar novas estratégias de ação, mas o mais importante é que o Assistente Social ali inserido precisa identificar a pluralidade que se expressam nestes recintos.

De acordo com Sousa (2008), O Assistente Social não é um profissional “neutro”. “Sua prática se realiza no marco das relações de poder e de forças sociais da sociedade capitalista – relações essas que são contraditórias. Assim, é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática. (Sousa, 2008, p. 121)”. Logo, a construção dessa intervenção precisa ter processos suficientes para a compreensão de acordo com cada contexto, além disso ter o entendimento da educação dentro das relações sociais contribuindo ou não a reprodução da ordem vigente.

Nas palavras de Yamamoto, “a investigação adquire um peso privilegiado no Serviço Social: o reconhecimento das atividades da pesquisa e do espírito indagativo como condições essenciais ao exercício profissional”. (2007; p. 55-56), por mais que as regras capitalistas tenham sobrepeso sobre a atuação o processo educativo deve-se ser pautado por ações educativas e que este profissional não pode ser um messiânico. O que está se incluindo é que

a profissão precisa introduzir a sua percepção sobre as suas bases e sua função social na sociedade, além disso, as suas dimensões de exercício profissional devem decorrer da articulação da perspectiva de totalidade (BOUÇAS, 2011).

Portanto, a técnica operativa do Serviço Social tem que ser articulada com a teoria que compreende a realidade tendo ainda como meio os valores e princípios na qual a categoria defende. Salienta-se ainda, o pensamento equivocado de ocultar essa realidade transferindo a ilusão de inclusão social.

CAPÍTULO III - ANÁLISE DOS DADOS REFERENTE AOS LIMITES, DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA PRÁTICA PROFISSIONAL DOS (AS) ASSISTENTES SOCIAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

Neste capítulo apresenta-se o percurso metodológico realizado para a elaboração deste estudo, discorre a caracterização do espaço no qual a pesquisa ocorreu a fim de possibilitar uma melhor compreensão sobre o cerne da pesquisa e por último é apresentado o resultado das inquietações aqui levantadas, juntamente com a análise dos dados. Posteriormente, discute criticamente análise sócio econômica documental realizada por estes profissionais.

3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa direciona para uma solução de problemas teóricos na qual parte de uma dúvida ou inquietação, desde modo, ela se utiliza de métodos científicos para buscar uma resposta de uma determinada situação levantada. Assim sendo, para se chegar ao resultado desejado faz necessário seguir vários procedimentos e percursos na qual a descoberta seja atingida de forma proveitosa. Por isso, os tipos de pesquisa utilizados para a realização deste trabalho foram: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, pesquisa explicativa e exploratória. Para Cervo e Bervian:

A pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referências teóricas publicadas em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Em ambos os casos, busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto. Tema ou problema (BERVIAN, 2002, p.65)

A pesquisa bibliográfica tem sua importância por aprofundar mais no estudo, esclarecendo de um certo modo, dúvidas decorrentes ao longo da pesquisa, sendo assim, o pesquisador tem a oportunidade de se deparar com as correntes teóricas para explicar o seu fenômeno de forma mais ampla.

“A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.)”. (FONSECA, 2002 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37). Em outras palavras, a pesquisa de campo é onde ocorre o estudo entre o pesquisador e o local alvo para a pesquisa.

No que diz respeito a pesquisa exploratória é aquela na qual tem o objetivo de “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41). Já a pesquisa explicativa:

Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (Selltiz et al., apud GIL, 2002, p. 41).

Ainda referenciando Gil (2002; p. 42) enfatiza-se que a pesquisa explicativa busca “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos [...] que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas”.

O Serviço Social por ser uma profissão que trabalha inteiramente com as expressões da questão social, o profissional que nela atua precisa articular essas expressões com as particularidades, singularidades, historicidades e profundidades para que as situações sejam estudadas pelo o mesmo de forma que venha a contribuir para uma intervenção qualificada. Neste sentido, compreende-se que o método qualitativo da pesquisa aqui realizada, seja a abordagem mais indicada para o estudo.

Sobre a abordagem qualitativa, Minayo aponta que "trabalha com significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e nos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis" (MINAYO, 2001, p.14).

Outras fontes de pesquisas também foram utilizadas para um maior aprofundamento desta pesquisa, essas fontes foram livros, artigos científicos, teses e dissertações extraídos de sites de internet, pelo sistema de busca informatizado Google. Como coloca Gil (2002, p. 68) “existe na Internet, mais do que em qualquer outro meio, excesso de informações. Daí a conveniência de utilização de sistemas de busca, que podem ser de três categorias: mecanismos de busca, diretórios e mecanismos de metabusca”. Em relação à coleta de dados, deu através das técnicas: entrevista semi-estruturada e observação participante.

De acordo Richardson (2014), a entrevista em primeiro lugar é algo de fundamental importância que permite uma relação entre as pessoas, do mesmo modo, este meio de comunicação permite perceber um ato entre duas pessoas. No que se refere-se a entrevista semi estruturada, segundo Triviños (1987), é uma técnica que possibilita que o entrevistado

discorrer sobre suas experiências desde o foco principal colocado pelo pesquisado simultaneamente permite respostas livres e espontâneas, ou seja, essa técnica é relevante para a pesquisa porque “ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação” (TRIVINÕS, 1987, p. 146).

Para Richardson (2014, p. 261), na observação participante, “o observador não é apenas um espectador do fato que está sendo estudado, ele se coloca na posição e ao nível dos outros elementos humanos que compõem o fenômeno a ser observado.” Em resumo, a escolha dessa técnica de coleta de dados deu-se a partir da justificativa da problemática encontrada para a realização desta pesquisa: As observações feitas durante o estágio curricular não obrigatório dentro do setor de Serviço Social foi o que acarretou o problema de pesquisa. Um dos pontos mais positivos para o uso da observação participante e que “a experiência direta é sem dúvida o melhor teste de verificação da ocorrência de determinado fenômeno” (LÜDKE, e ANDRÉ, 2013, p. 30)

As realizações das entrevistas foram feitas com quatro assistentes sociais da Universidade Federal do Cariri campus Juazeiro do Norte (localizado na Rua Tenente Raimundo Rocha, s/n – Cidade Universitária). Elucida-se que a instituições mencionadas possuem um total de quatro profissionais do Serviço Social atualmente pertencentes ao quadro de Técnicos especializado em Serviço Social. Diante disso, esta pesquisa serviu-se do universo total disponível para sua realização.

As entrevistas foram realizadas na Universidade Federal do Cariri campus Juazeiro do Norte/CE durante o mês de outubro do ano de 2018, respeitando os princípios éticos conforme a Resolução do CNS nº510, 2016 que regula aspectos éticos de qualquer pesquisa que envolve seres humanos.

A técnica escolhida para a análise dos dados buscou-se seguir a corrente epistemológica do Materialismo Histórico e Dialético de Karl Marx pelo fato se levar importantes elementos para a compreensão e análise da realidade:

A dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais etc. Por outro lado, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas (GIL, 2008, p. 14).

Em seguida, à coleta dos dados, foi realizada a análise dos mesmos com o intuito de levantar resultados da investigação que em seguida foram discutidos. Por fim, foram

realizadas as considerações finais referentes à pesquisa em conformidade com as inquietações e descobertas alcançadas.

3.2 CONTEMPLANDO INFORMAÇÕES SOBRE A UFCA CAMPUS JUAZEIRO DO NORTE/CE E SUA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Para a realização do fenômeno estudado faz-se necessário conhecer o campo no qual a pesquisa se insere. Frente a isso, busca-se seguir essa linha de raciocínio para um conhecimento amplo da Universidade Federal do Cariri onde um dos seus campi está localizado no município de Juazeiro do Norte-CE.

Conforme as informações obtidas do site da Universidade, a mesma é fruto do desmembramento a partir da Lei nº 12.826 de 05 de junho de 2013, na qual era vinculada a Universidade Federal do Ceará (UFC) que tinha como campus a região do Cariri, hoje, UFCA. A origem da UFCA deve-se, portanto ao processo de interiorização.

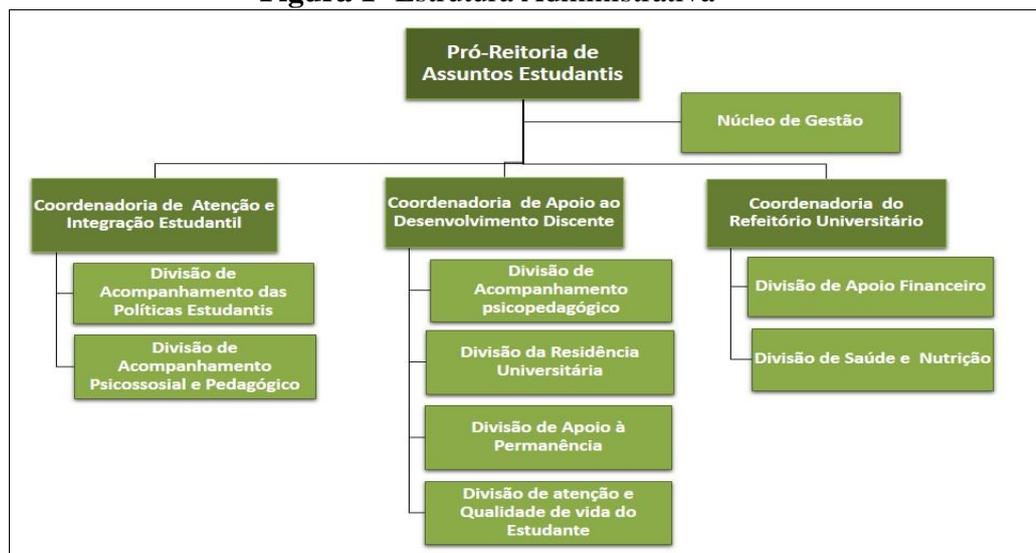
A referida Instituição possui uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), atualmente a UFCA possui cinco campi divididos entre as cidades Juazeiro do Norte, Barbalha, Crato, Brejo Santo e Icó. Tem uma Missão de “Promover conhecimento crítico e socialmente comprometido para o desenvolvimento territorial sustentável”, a sua visão é de “Ser uma universidade de excelência em educação para a sustentabilidade por meio de ensino, pesquisa, extensão e cultura” e seus valores estão ligados a “Priorizar o estudante; Respeitar e valorizar a diversidade; Cultivar um ambiente saudável e valorizar as pessoas; Primar por uma gestão participativa, ética e transparente; Ser parte da comunidade e valorizar a cultura regional; Comprometimento com a responsabilidade social e sustentabilidade; Buscar a inovação administrativa e acadêmica”.

Dando continuidade, a UFCA atualmente está subdividida em Reitoria no qual está composta por Reitor e Vice-Reitor, possui Órgão Complementares composto por: Auditoria Interna, Procuradoria geral, Ouvidoria Geral, Cerimonial e Apoio a Eventos, Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores, Secretaria de Acessibilidade, Secretaria de Documentação e Protocolo – SEDOP, Secretaria de Cooperação Internacional, Secretaria de Processos Disciplinares e Comissões Permanentes. Do mesmo modo, estão os Órgãos Suplementares: Diretoria de Articulação e Relações Institucionais – DIARI, Diretoria de Comunicação – DCOM, Diretoria de Infraestrutura – DINFRA, Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI, Diretoria do Sistema de Bibliotecas – SIBI e Diretoria de Logística e Apoio Operacional – DLA.

Além disso, estão as Pró-Reitorias que fazem parte de um sistema de divisão de atribuições aos seus órgãos competentes da gestão administrativa, São estas: Pró-Reitoria de Administração – PROAD, Pró-Reitoria de Cultura – PROCULT, Pró-Reitoria de Ensino – PROEN, Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – PRPI, Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – PROPLAN, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE. E por fim As Unidades Acadêmicas: Centro de Ciências Agrárias e da Biodiversidade – CCAB, Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA, Centro de Ciências e Tecnologia – CCT, Faculdade de Medicina – FAMED, Instituto de Estudos do Semiárido – IESA, Instituto de Formação de Educadores – IFE, Instituto Interdisciplinar de Sociedade, Cultura e Artes – IISC.

Ao contemplar sobre a Assistência Estudantil onde é esse o objetivo maior da pesquisa, é necessário conhecer como o PNAES vem sendo operacionalizado pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis-PRAE. A mesma foi criada no ano de 2016, que teve como finalidade atender vários aspectos do Programa Nacional de Assistência Estudantil dos Estudantes inseridos na Universidade, veem sendo trabalhado programas que visam garantir a permanência, o bem-estar, a melhoria do desempenho acadêmico assim como a conclusão do curso de forma satisfatória, principalmente com enfoque maior nos discentes que estão em situação de vulnerabilidade social e econômica. Sua estrutura administrativa está formada por:

Figura 1- Estrutura Administrativa



Fonte: Site da UFCA¹⁴

¹⁴ Disponível em: <https://www.ufca.edu.br/portal/a-ufca/organizacao-administrativa/dae/estrutura-administrativa>

A aludida Pró-Reitoria conta com 7 auxílios, sendo estes, Auxílio-Emergencial, que tem como objetivo destinar aos discentes dos cursos de graduação que apresentem vulnerabilidade socioeconômica comprovada, e que não tenham sido alcançados por nenhuma das outras ações de apoio financeiro disponíveis na Universidade Federal do Cariri, O Auxílio-Moradia dispõe sobre auxílio financeiro para complementação de despesas com moradia, O Auxílio-Alimentação para os estudantes que em seu campus não exista Refeitório Universitário e que apresente situação de vulnerabilidade econômica recursos para que os mesmos possam ter hábitos alimentares mais saudáveis, Auxílio-Transporte para gastos com transportes no trajeto entre a residência e a Universidade, durante os dias letivos.

Auxílio-Óculos para subsídios na complementação das despesas para aquisição de óculos com lentes corretivas, respeitando-se a periodicidade mínima de 12 (doze) meses para cada nova solicitação, Auxílio-Creche que tem como intuito disponibilizar ajuda financeira aos estudantes, buscando contribuir com a obtenção de um desempenho acadêmico satisfatório, bem como reduzir a evasão acadêmica decorrente da maternidade ou paternidade e o Auxílio-Financeiro a Eventos concedido preferencialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que necessitem de apoio financeiro para participar de eventos extracurriculares de caráter acadêmico, esportivo, cultural ou sociopolítico.

Entre as bolsas estão o PBP - Programa Bolsa Permanência, que é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. E o Bolsa de Iniciação Acadêmica que vem oportunizando o desenvolvimento de atividades curriculares e/ou extracurriculares inseridas em projetos cadastrados na UFCA.

Dentre os serviços oferecidos pela PRAE, estão o Serviço de Atendimento psicológico e o Refeitório Universitário. Enquanto o primeiro serviço se caracteriza por abranger o Aconselhamento Psicológico, Escuta Psicológica, Atendimento Psicológico Clínico e Aconselhamento Profissional; o segundo se caracteriza pelo fornecimento de refeições balanceadas, higiênicas e de baixo custo aos estudantes da UFCA.

3.3 A ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DOCUMENTAL: ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO NO PROCESSO DE TRABALHO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS?

A percepção em torno dos desdobramentos da análise socioeconômica documental no processo de trabalho dos assistentes sociais atuantes no Programa Nacional de Assistência Estudantil redireciona-se factualmente para a compreensão do significado dessa política para os estudantes e para o Serviço Social como profissão que intervém para a garantia de direitos relacionados à Educação. É imprescindível destacar que o ponto de partida para as discussões em torno da investigação sobre essa temática é a concepção de que a materialização do direito à Educação deve ser basilar para o fazer profissional dos assistentes sociais nesse âmbito de atuação que devem reconhecer que a educação é

(...) é um complexo constitutivo da vida social, que tem uma função social importante na dinâmica da reprodução social (...). Integra, junto com outras dimensões da vida social, o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser, às formas de sociabilidade que particularizam uma determinada sociedade. Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação. (CFESS, 2012, p.16)

Assim, foram realizadas entrevistas com os quatro assistentes sociais lotados atualmente na Universidade Federal do Cariri campus Juazeiro do Norte. As entrevistas semiestruturadas contemplaram nove questões abertas sobre o assunto cerne desta pesquisa. Para preservar o sigilo das informações, os nomes dos profissionais envolvidos na pesquisa não foram divulgados. Para tanto, iremos nos referir a eles utilizando os seguintes símbolos: A.S.EDU.1; A.S.EDU.2; A.S.EDU.3; A.S.EDU.4. Em consonância com os princípios éticos e legais da pesquisa, foram observados a Resolução do CNS nº 510 de 2016, visando a garantia do sigilo das falas dos entrevistados. A seguir são apresentados os resultados e as discussões dos dados coletados.

Inicialmente, indagou-se aos profissionais sobre a quantidade de anos em que atuam na Política de Educação, ao qual obteve-se como resposta que o A.S.EDU.1 atua na referida política há dois anos e três meses, a A.S.EDU. 2 atua há 4 anos, a A.S.EDU.3 atua há um mês e meio e a A.S.EDU.4 atua na Educação há quatro anos e dois meses. Nota-se que a maior parte dos entrevistados possui mais de dois anos de trabalho e experiência em instituições educacionais.

Posteriormente, questionou-se sobre quais as visões que estes profissionais possuem a respeito do Ensino Superior na atualidade, ao que foi respondido:

“Com relação a concepção de ensino superior, nós que estamos atuando no ensino superior público gratuito de qualidade, né? Defendemos a concepção de universalidade do acesso à educação nesses padrões e percebemos numa

contextualização a dualidade entre a perspectiva da universalidade né? Onde a educação pública gratuita de qualidade cada vez mais tem sido reduzida o acesso. Em contraponto, ao acesso das instituições privadas ao ensino superior privado, então a gente percebe que é nesse contexto que a gente tem a dualidade entre universidade de acesso à educação pública gratuita de qualidade e do outro contraponto temos o acesso ao ensino privado que é um acesso seletista, focalista e que não insere necessariamente todos os indivíduos”. (A.S.EDU.1)

“Na atualidade a gente pode considerar que houve uma expansão, principalmente a partir do governo de Lula aonde ele fez o processo de interiorização do ensino superior através da expansão das universidades e institutos federais, né, então a gente pode considerar como um avanço né, assim, com imperfeições porque nada é perfeito né, tem que ser melhor estruturado tem que se dá mais condições de trabalho, de ensino e tudo que envolve as universidades, os institutos, a educação superior em si” (A.S.EDU.4).

É de grande valia perceber que o Ensino Superior perpassou consideráveis transformações nas últimas décadas tendo alcançado um crescimento de 110% nas matrículas a níveis federal, estadual, municipal e privado. Porém, esses índices de aumento são majoritários na rede particular, pois as instituições públicas sofreram redução de acordo com os registros de 2001 e representavam apenas 25,8% do total nacional e perderam um espaço demasiadamente representativo para iniciativas como o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), (BARROS, 2015)

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos cento e cinquenta anos, serviu – no seu todo – o propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhum tipo de alternativa à gestão da sociedade “internacionalizada” (isto é, devidamente “educados” e aceitos) ou num ambiente de dominação estrutural hierárquica e de subordinação reforçada implacavelmente (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

É imperioso, ao se analisar de forma crítica a realidade do Ensino Superior na contemporaneidade, perceber que a lógica mercadológica ainda se faz latente em praticamente todo o sistema educacional brasileiro e que a iniciativa privada ainda tem sido a primeira opção devido ao fato de ser ela estritamente vinculada ao capitalismo – o que não significa dizer que o ensino público também não sofra interferência do capital – e contribuir para a perpetuação da ideologia dominante à medida que fortalece a hegemonia de uma classe social sobre a outra. Além disso, os atuais desdobramentos do Ensino Superior são traduzidos em um processo de recessão de direitos que reduz a qualidade do ensino e desconfiguram a universalidade da educação para os cidadãos. Esse é o caso da famigerada Emenda

Constitucional nº 95/2016 que altera o regime fiscal do país preconizando a redução dos investimentos em educação e saúde pelos próximos 20 anos e que representa uma das ações capitalistas de desconstrução dos direitos sociais e demonstra que a educação não tem sido considerada uma prioridade essencial para o país.

Em seguida, foi realizado um questionamento sobre o processo de trabalho desses assistentes sociais e sua atuação profissional na instituição pesquisada, a UFCA. Assim, decorreram-se as seguintes respostas:

“O processo de trabalho está sendo resumido a fazer análise socioeconômica das solicitações dos programas existentes na universidade, eu acho que pelo o pouco tempo e pelo o que eu vi a gente está se resumido a análise socioeconômica documental. Então a análise socioeconômica é uma competência nossa, cabe a nós fazermos na universidade, mas a nossa atuação vai além desse processo de trabalho que a gente está realizando, essa análise, a nossa atuação é bem mais ampla, mas o que eu percebi nesse 1 mês e meio e que nossa atuação enquanto assistentes sociais da universidade está se resumindo a esse processo de trabalho unicamente, de se fazer análises socioeconômicas dos estudantes que solicitam algum programa de auxílio na universidade”. (A.S.EDU.3)

“Nós atuamos no âmbito da pró-reitoria de assuntos estudantis, é uma pró-reitoria com uma missão ampla, perpassa vários aspectos que se refere aos estudantes né, antes éramos apenas uma diretoria onde se operacionalizava somente o PNAES que a gente vai falar mais adiante que é o programa nacional de assistência estudantil ainda não é uma política e isso a gente luta no âmbito do FONAPRACE pra que se torne né, pra que se possa ser um direito que a gente possa exigir, mas por enquanto é um programa passível de ser (a depender da gestão pode ser ampliado ou então encerrado), antes como diretoria de assistência estudantil nós operacionalizávamos o PNAES, agora como pró-reitoria a gente envolve outros aspectos que envolve o estudante como um todo, não só tipo, operacionalizando um benefício pra ajudar na sua permanência mas vendo também sua perspectiva de psicossocial, de família e tudo, de comunidade como um todo no âmbito da instituição”. (A.S.EDU.4)

O cotidiano profissional dos assistentes sociais no âmbito da educação deve pautar-se em uma concepção integral da educação que possa abranger os processos sócio institucionais e as relações sociais, englobando os estudantes, as famílias e a comunidade na busca pela garantia de uma educação cidadã que promova a articulação de todas as dimensões da vida social e a sociabilização (ALMEIDA: 2005). É relevante apreender que “a política educacional é, assim, expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social” (ALMEIDA: 2000; p. 4) e por esse motivo é locus privilegiado para as intervenções dos assistentes sociais.

O principal espaço sócio ocupacional de ação dos assistentes sociais na educação superior pública federal é a assistência estudantil, que é vista como primordial para o sistema

de garantia dos direitos relacionados ao acesso e à permanência dos estudantes no ensino superior, tendo uma ação voltada, principalmente para os filhos da classe trabalhadora (BAVARESCO, 2017).

É mister que os profissionais atuantes no ensino superior tenham clareza a respeito das suas competências, atribuições e do direcionamento que suas intervenções possuem e que possam desmistificar o ideário que reduz o processo de trabalho dos assistentes sociais, nesse espaço quase que unilateralmente para a assistência estudantil, que possui sim notável significação para a materialização do acesso e permanência dos estudantes nas instituições de ensino superior, mas que não encerram todas as possibilidades de intervenção desses profissionais que devem estar comprometidos eminentemente à construção de uma educação emancipadora que contribua para a formação de cidadãos críticos e pensantes, capazes de compreender a realidade na qual estão inseridos. Nesse sentido, ultrapassar os limites da seleção e repasse de auxílios estudantis é indispensável e um exercício que deve fazer parte do cotidiano desses profissionais.

Sequencialmente, investigou-se aos participantes sobre os principais desafios postos para o processo de trabalho dos mesmos. Mediante tal indagação, derivou-se que os mesmos percebem que

“Com relação aos processos de trabalho, principalmente na UFCA, nós temos como um grande desafio: a consolidação e o próprio reconhecimento do Serviço Social na instituição, já que somos profissionais que fomos inseridos recentemente né, o primeiro profissional foi inserido em 2014, então a gente ainda naquela perspectiva de demonstrar para a instituição quais são as nossas competências e as nossas atribuições né, privatistas, então a gente ainda tá nesse processo de construção da profissão dentro da instituição de reconhecimento né, até de espaço sócio ocupacional já que a nossa demanda de processo de auxílios e de bolsas durante o existir da universidade, da UFCA, já foi realizado por outros profissionais, e que com o ingresso do Serviço Social, com o ingresso dos assistentes sociais demos um outro olhar aos processos seletivos, principalmente numa perspectiva de ilicitude, de referência, de transparência, de critérios cada vez mais bem fundamentados, então o nosso grande desafio é aperfeiçoarmos esse processo para que cada vez mais trabalharmos nessa perspectiva de inclusão, de efetivar o direito dos nossos estudantes, de garantir realmente a permanência desses estudantes na universidade pois sabemos que maior do que o desafio do acesso é o desafio da permanência pros nossos universitários”. (A.S.EDU.1)

“Bem, nós temos 5 campi né, na UFCA, e eu acredito que por exemplo; seria importante termos pelo menos mais um assistente social nosso quadro de servidores, no nosso quadro de assistentes sociais pelo menos na cidade de brejo santo, no campus de brejo santo que pelo fato de estarmos todos aqui em juazeiro do norte talvez essa distância dificulte um pouco o conhecimento daqueles estudantes, então seria muito interessante, seria muito importante que tivesse um assistente social no próprio campus de brejo santo pra conhecer de perto os estudantes, a realidade deles, a própria cidade, os serviços né, a rede sócio assistencial da cidade de brejo santo. Então assim, a questão de poucos assistentes sociais talvez seja um desses desafios

né, porque a gente tem que dar de conta de cerca de oito, nove auxílios sendo que temos pouco tempo para dar respostas as demandas dos estudantes. Porque se um estudante entra na universidade pedido um auxílio emergencial é porque ele tá necessitando daquele auxílio pra se manter na universidade pra pagar um transporte, pra pagar a alimentação dele no R.U., pra pagar o aluguel da casa que ele alugou para morar aqui em Juazeiro ou Crato, Barbalha, enfim, então eu acho que é pouca força de trabalho pra muita demanda talvez” (A.S.EDU.2).

Muitas dificuldades são postas para os assistentes sociais no cotidiano profissional, inclusive em relação ao trabalho na assistência estudantil. Outros desafios também podem ser considerados, dos quais podem ser elencados: a insuficiência de profissionais para suprir a demanda dos estudantes que é muito grande; a questão orçamentária que tem sido cada vez mais precarizada; a escassez de recursos que possibilitem a capacitação continuada dos profissionais; e o próprio desmonte das políticas sociais (CAVAGNAIC; COSTA, 2017).

Destaca-se outro desafio de suma relevância a ser mencionado no processo de trabalho dos assistentes sociais e que deve ter mais visibilidades nas discussões: o afastamento das práticas socioeducativas. A dimensão educativa do Serviço Social é fundamental para que se possa concretizar a práxis no ensino superior, pois:

O aspecto educativo do trabalho profissional é, talvez, o que se expressa com maior frequência nesses processos, manifestando-se ao compartilhar informações sobre os serviços, políticas e direitos sociais; quando estimula um processo reflexivo sobre uma dada situação; quando reforça ou desconstrói estereótipos e preconceitos; quando aponta a mobilização e organização coletiva como formas possíveis de enfrentamento de determinados problemas; entre outros exemplos (GONÇALVES, 2016, p. 66).

É inegável notar que os desafios supracitados são pertinentes e apresentam elementos que cotidianamente são postos aos profissionais do Serviço Social tanto pelas instituições educacionais quanto pelo capital/Estado. Salienta-se que a dificuldade de superar os limites que reduzem as práticas dos assistentes sociais somente à assistência social deve ser bastante refletida e discutida para que possam ser lançadas estratégias para que expandir as ações para as demais competências e atribuições dos mesmos, que se vêm presas a processos de seleção que se apropriam da força de trabalho e que inviabilizam para muitos assistentes sociais a materialização de ações de cunho socioeducativo – sendo estas imprescindíveis para que o Projeto Ético Político e os objetivos e diretrizes preconizados pelo Código Ética possam ser concretizados – que devem fazer parte do processo de trabalho diário para que a viabilização dos direitos e a constituição dos estudantes enquanto sujeitos de direitos possam ser efetivados.

A seguir direcionou-se para a possibilidade de existência de estratégias empregadas para a superação dos desafios enfrentados pelos assistentes sociais na instituição pesquisada e quais seriam essas estratégias. Notaram-se como respostas:

“Nessa perspectiva de efetivação do direito do estudante a permanência na universidade, o nosso grande desafio principalmente nós da Universidade Federal do Cariri que trabalhamos primordialmente né, que é uma demanda que é bem decorrente do nosso cotidiano de trabalho que são as análises socioeconômicas é... As nossas estratégias que nós temos encontrado para efetivar esse direito é ir para além da perspectiva documental burocrática já que trabalhamos muito com essa perspectiva documental e o que deu, e o que dá a gente essa condição, esse reconhecimento de efetivar esse direito do estudante é a nossa formação que é fazer análise socioeconômica para além do que os documentos são postos na nossa realidade, sabendo que nós somos os únicos profissionais na instituição que temos esse olhar e que a gente procura encontrar realmente como estratégias entender o contexto do estudante para além da análise socioeconômica, entendemos que a gente não tem a atividade aqui policialista, de fiscalizar, mas sim de efetivar e buscar efetivar a permanência desse estudante na instituição”. (A.S.EDU.1)

“Assim, até agora não percebi que existe o interesse de partir para uma atuação além da análise socioeconômica, eu acho que uma estratégia seria uma atuação conjunta da equipe de estar conversando a respeito e de estar tentando atuar para além desse processo de análises socioeconômica que eu acho muito burocrático. Então estratégias empregadas ainda não se tem”. (A.S.EDU.3)

Os posicionamentos supracitados apresentam concepções profissionais e visões diferentes e possibilitam o apontamento de uma estratégia fundamental para o Serviço Social: a imprescindibilidade de que os assistentes sociais devem dispor da capacidade de desvelar a realidade de forma crítica e aprofundada, pautando-se na totalidade do contexto em que os cidadãos estão inseridos. Percebe-se que há o reconhecimento de que o processo de trabalho dos profissionais entrevistados tem sido focalizado na análise socioeconômica documental, mas que precisa estar para além dela e que mesmo que essa seja uma prática necessária e cotidiana, ela deve ser vista de forma estratégica também.

As estratégias e técnicas de operacionalização devem estar articuladas aos referenciais teórico-críticos, buscando trabalhar situações da realidade como fundamentos da intervenção. As situações são dinâmicas e dizem respeito à relação entre assistente social e usuário frente as questões sociais. As estratégias são, pois, mediações complexas que implicam articulações entre as trajetórias pessoais, os ciclos de vida, as condições sociais dos sujeitos envolvidos para fortalecê-los e contribuir para a solução de seus problemas/questões (ABEPSS, 1996, p.14).

A contemporaneidade exige profissionais críticos, cultos e que sejam capazes de formular, recriar e avaliar propostas que tenham compromisso ético-político com os valores democráticos, que tenham competência teórico-metodológica e que consigam aplicar a teoria

social crítica em suas ações. Tais aspectos, conectados à busca pela compreensão da realidade devem fornecer aos assistentes sociais aptidão para decifrar as situações e desenvolver formas de enfrentamento às expressões da questão social. Requisita-se, do mesmo modo, profissionais capazes de utilizar-se do instrumental técnico-operativo para potencializar suas práticas na defesa dos direitos (IAMAMOTO, 2008).

Assim, intui-se que para que os assistentes sociais possam desenvolver estratégias e mecanismos de superação para as expressões da questão social vivenciadas pelos estudantes (e familiares) estes precisam estar capacitados e comprometidos em estarem aptos a aplicarem as dimensões do Serviço Social, diretrizes e objetivos a fim de contribuir para que a qualidade da educação que os estudantes recebem superem as matérias estudadas em sala de aula, para que tenham também uma formação humana e criticidade para terem autonomia e conhecimentos e possam desenvolver dispositivos para melhorarem suas vidas.

Logo adiante, contextualizou-se com os pesquisados que o Programa Nacional de Assistência Estudantil foi implementado primordialmente como estratégia contributiva para a permanência dos estudantes no Ensino Superior e como mecanismo de materialização do direito de todos à Educação aparece de forma latente enquanto âmbito de intervenção dos assistentes sociais atuantes no Ensino Superior. Diante disso, questionou-se sobre as percepções que estes possuem sobre a realidade dessa política na contemporaneidade de acordo com suas perspectivas profissionais e mediante as experiências profissionais que ambos vivenciaram/vivenciam na política em questão.

“Com relação do PNAES nós vivenciamos numa perspectiva de contexto neoliberal, uma fragilidade enquanto efetivação já que está é apenas um decreto, é uma política de governo, ainda não foi efetivada como uma política de estado apesar de toda articulação realizada numa perspectiva, né, política mesmo que ainda não foi efetivada e percebemos né, que no contexto neoliberal, de ajuste fiscal, de equilíbrio fatorial e contábil das políticas públicas já que vivemos uma crise capitalista mundial que existe uma tendência que já está em curso de redução do financiamento do PNAES, já estamos vivenciando isso desde 2015, a saber, principalmente depois de um contexto da crise, ajuste fiscal no contexto brasileiro, já estamos vivenciando né, com a emenda constitucional n°95 a antiga PEC né, do congelamento dos gastos na saúde e na educação que agora é uma emenda constitucional. Já estamos vivenciando um não avanço e o não investimento necessário para a garantia, para a expansão do acesso dos estudantes ao PNAES, uma vez que estamos vivenciando cada vez mais o ingresso dos estudantes na universidades e um congelamento praticamente do recurso, ou seja, o recurso ele é congelado e com o aumento maior de estudantes ingressando ele vai começando a ficar defasado, além do aumento a gente também tem a questão inflacionária, ou seja, você tem um recurso em 2014 de 4 milhões e você tem um recurso de 4 milhões em 2018 você percebe uma perda inflacionária como ingresso e com a inflação você percebe realmente um desinvestimento na política educacional, então a gente percebe que nesse contexto a gente está vivendo realmente um contexto de desinvestimento no PNAES e na própria política educacional como política pública como um todo”. (A.S.EDU.1)

“O PNAES, a gente pode considerar como um avanço porque pra permanência dos estudantes isso vem a calhar muito bem, né, porque estudante em situação de vulnerabilidade um auxílio financeiro complementa muito e já ajuda na sua permanência, né, como é uma instituição de interior que abrange várias cidades e muitos deles vem de fora, então pra permanecer é um pouco complicado devido a sua situação de vulnerabilidade né, então esses auxílios que são destinados através dos programas da assistência estudantil a gente já pode considerar um avanço nesse sentido e por ainda não ser uma política, né, a gente consegue trabalhar sempre naquela incerteza de que será que o recurso vai vim, será que não vai vim? E como vai mudar agora né, de gestão, de presidente a gente fica com um pouco de receio por essa questão da gente não poder exigir garantia desses auxílios, desses recursos porque ainda não é uma política né, a gente não pode contar com ele, fazer planos ao longo prazo com eles nesses sentidos. Ela foi um avanço é muito bom, inclusive mas acaba que a gente por uma questão de execução como ainda a equipe técnica, os recursos humanos são limitados e aí a gente pode considerar que isso acontece na maior parte das instituições, tantos nas universidades quantos nos IFs, a gente, assim, por não acompanhar depois esses alunos após o recebimento desse recurso a gente pode considerar que a gente é tipo um mediador entre o programa e o usuário, é tipo assim, a gente não consegue acompanhar depois pra ver o quanto é positivo o impactado na vida do aluno e da sua família né, que como eu disse, o acompanhamento familiar também é muito importante, diz muito sobre a realidade que o estudante vivencia, é um avanço, mas que a gente que considerar que ainda não é uma política é um programa”. (A.S.EDU.4)

Frisa-se que é valoroso que sejam abertos espaços de discussão sobre a assistência estudantil, principalmente em um país que carrega marcas intensas de desigualdade social como é o caso do Brasil. É relevante denotar que as dicotomias e contradições sociais estão visíveis nas universidades, onde muitos estudantes conseguem iniciar os estudos, mas vivenciam situações de vulnerabilidades socioeconômicas que lhes impossibilita de continuar os estudos e/ou de qualificar esses estudos. Além disso, a assistência estudantil pode ser vislumbrada de dois prismas diferentes: como direito e como investimento (ARAÚJO, 2003)

Como representado na imagem a seguir, essa assistência estudantil ainda é bem contraditória vista sob a ótica dos estudantes, na qual a mesma ainda possui uma fragilidade mediante a qualidade e a escassez oferecida pelas instituições que operacionalizam os programas existentes dentro do PNAES, do mesmo modo, quando se trata do direito à educação, Machado (2011), ressalva que é a assistência estudantil, que precisa ser prioridade em qualquer gestão universitária, e de acordo com Bastos (1995, apud BARBOSA, 2009, p.39), necessariamente tem que estar vinculada a um projeto acadêmico.

Figura 2: Movimento Estudantil



Fonte: Google Imagens, 2018.¹⁵

Mediante as demandas apresentadas pelos estudantes legitima-se a assistência estudantil. Destaca-se, nesse sentido, o Plano Nacional de Educação de 10 de janeiro de 2001, que em resposta a uma reivindicação direta da FONAPRACE preconiza a “a adoção de programas de assistência estudantil tais como bolsa trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico” (BRASIL, 2001, p. 3).

Mesmo sendo estabelecida como um direito, é indispensável conceber que a assistência estudantil, assim como as demais políticas públicas, em muitas circunstâncias é executada numa perspectiva conservadora e assistencialista, desconfigurando-a enquanto um direito universal. Isto posto, verifica-se a urgência de fortalecer a defesa da educação pública e de qualidade como um direito que deve ser viabilizado e que a assistência estudantil existe porque o Estado tem falhado em fornecer para a população uma educação de qualidade que contribua para o desenvolvimento e a emancipação humana dos cidadãos.

A posteriori adentrou-se ao assunto cerne desse estudo, a análise socioeconômica documental, sendo indagado a respeito de como é realizada a análise socioeconômica documental realizada pelos assistentes sociais pesquisados nos processos seletivos para acesso aos auxílios da Assistência Estudantil e quais os desafios e requisições postos na realização dos mesmos.

¹⁵ Disponível em: <<https://comandodegreve.wordpress.com>> Acesso: 06/12/2018.

“Essa análise ocorre olhando a documentação tentando visualizar algo para além o que o aluno colocou no papel, tentando entender o contexto familiar e econômico dele. Eu acho que isso. Acho que por isso que é uma competência nossa, pra gente não ver só o documento que está posto pelo estudante, mas tentar ver pra além do que colocado ali do contexto que ele vive e nesse nosso âmbito da gente pegar o pobre do pobre está parecendo com a assistência social já que a gente tem um grande número de estudantes em situação de vulnerabilidade, mas a gente não tem auxílio pra todos então a gente precisa dessa visão e dessa análise pra fazer com que atinja os que realmente precisam”. (A.S.EDU.3)

“Nós analisamos a documentação civil de todos os familiares e também a documentação referente a renda: carteira de trabalho, declarações para pessoas autônomas e trabalhadores informais, se for necessário a gente convoca o estudante pra uma entrevista porque muitas vezes a análise socioeconômica documental ficam dúvidas em relação por exemplo, a algum familiar [...]Então, muitas vezes somente a documentação não é capaz de suprir todo o entendimento pra fechar a aquela análise socioeconômica, então ela ocorre assim, são essas etapas, a gente faz a análise, divulga pendências na documentação se houver, realiza entrevista se for necessário, o aluno entrega aquelas pendências antes da entrevista, se nessa entrevista o aluno colocar algum elemento novo a gente também solicita que o aluno entregue aquele documento que ele citou. Então os desafios são esses a gente tenta fazer uma análise mais minuciosa possível pra que não fique dúvidas, talvez o desafio seja realmente a questão do tempo, porque tudo isso vai demandando tempo, nisso pode demorar pra aquele aluno venha a receber o auxílio”. (A.S.EDU.2)

Enfatiza-se que a análise socioeconômica documental é uma forma de estudo socioeconômico que se constitui como uma competência do Serviço Social que de acordo com o disposto no artigo 4º da Lei nº 8.662/93, Código de Ética dos/as assistentes sociais, em seu item XI e preconiza como competência “realizar estudos sócio econômicos com usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades” (CFESS, 1993, p. 45). Destarte:

Abordar o tema – estudos socioeconômicos – no âmbito do Serviço Social, remete a pensá-lo, inicialmente, enquanto parte intrínseca das ações profissionais dos assistentes sociais. Afinal de contas o desenvolvimento das ações profissionais pressupõe o conhecimento acurado das condições sociais em que vivem os sujeitos aos quais elas se destinam, sejam indivíduos, grupos ou populações (MIOTO, 2009, p. 482).

Realizar as análises socioeconômicas documentais é uma tarefa complexa e que exige um profissional comprometido e capaz de enxergar para além dos papéis e das informações contidas neles. É indispensável que os assistentes sociais consigam compreender melhor a realidade dos estudantes usuários da assistência estudantil e utilizar esse instrumental como uma estratégia para aprofundamento dos conhecimentos sobre os estudantes. Não obstante, é possível que muitas vezes os profissionais necessitem recorrer a outros dispositivos da

instrumentalidade do Serviço Social para desvelar a realidade, posto que nem sempre as informações apresentadas nos documentos permitem uma percepção numa perspectiva totalizadora e, nesses casos, devem ser empregados outros métodos para que o contexto vivenciado pelos estudantes seja percebido e que através disso sejam captadas as particularidades e singularidades de cada situação.

Subsequentemente os participantes foram questionados a respeito das principais fragilidades enfrentados no cotidiano profissional de ambos para a materialização da Assistência Estudantil.

“Nessa questão da materialização, a nossa fragilidade principalmente no nosso espaço sócio ocupacional que é a Universidade Federal do Cariri, a gente demanda ainda uma quantidade maior de profissionais já que no momento somos 4 assistentes sociais pro universo de aproximadamente 3 mil alunos, onde se passa pelo o setor de serviço social de forma anual uma média de mil alunos, ou seja, um terço da universidade ela passa pelo nosso setor numa perspectiva de demanda de auxílios que é uma gama mais diversas, que vai desde de subsídios pro refeitório aos demais auxílios e bolsas que são ofertados pela nossa pró-reitoria de assuntos estudantis. O que a gente percebe como fragilidade realmente numa perspectiva de conhecer um pouco melhor a realidade dos estudantes, nós temos como desafio e gostaríamos de materializar é conhecer o estudante para além da análise socioeconômica, através de visita domiciliares, de entrevistas, para que pudéssemos realmente realizar para além de um parecer termos fundamentações para se necessário realizarmos um estudo social com o aluno pra que realmente as nossas decisões quanto ao acesso desses estudantes fossem bem melhores fundamentadas já que sabendo que nesse perspectiva documental muitas vezes existe este processo de fragilização que eu citei anteriormente”. (A.S.EDU.1)

“Os desafios é a questão que envolve a estrutura, de recurso financeiro que como eu disse, é uma coisa incerta ainda, pode vim ou não vim, de uma hora outra ou outra pode acabar, e dos cortes também que de vez enquanto tem, principalmente agora, ultimamente, recursos humanos que a gente sempre busca pra realizar um trabalho mais amplo, né, porque se a equipe é reduzida a gente acaba que se virando onde faz um trabalho que não é completo, que não tem acompanhamento, não tem análise, não tem estudo do que é feito, acaba sendo uma seleção que tá lá onde o usuário recebe o dinheiro e aí a gente não sabe pra quê serviu, se ele superou ou melhorou, assim, o lado positivo, ou negativo a partir do recebimento do benefício. Tem a questão de tempo também que isso perpassa pela equipe técnica reduzida, que a gente acaba tendo que fazer para beneficiar o aluno várias seleções em pouco tempo, ao longo do ano, a gente acaba tendo que se virar tendo que trabalhar muito, também pra utilizar o recurso que veio pra não ter que voltar e depois vim menos ainda”. (A.S.EDU.4)

Reitera-se nas concepções supracitadas que os desafios postos para a materialização da assistência estudantil percebidos pelos entrevistados assemelham-se aos desafios postos para o processo de trabalhos destes assistentes sociais, o que se deve ao fato de que a assistência estudantil configura o principal âmbito das intervenções dos assistentes sociais no interior do ensino superior público.

Figura 3: Ensino Superior Gratuito

Fonte: Google Imagens, 2018.¹⁶

Por tanto, reafirma-se que mesmo em meio ao neoliberalismo e ao processo de enfraquecimento dos direitos e das políticas sociais, as lutas sociais não devem ser interrompidas e a busca pela garantia dos direitos dos cidadãos deve continuar, pois esse cenário de violação de direitos, precarização da política educacional, seletividade e redução orçamentária pode ser vistos como “âmbito privilegiado do exercício profissional e lugar onde a profissão participa de processos de resistência e constrói alianças estratégicas na direção de outro projeto societário” (YASBEK, 2014, p. 678), mas para tanto, é vital que os assistentes sociais atuem para além apenas da execução da assistência estudantil, pois ela é somente uma parte da política de educação.

Em um último momento inquiriu-se aos assistentes sociais sobre as contribuições que os mesmos concebem que o Serviço Social pode ofertar para o Ensino Superior, principalmente no tocante aos estudantes.

“Para além dessas análises documentais, essas análises socioeconômicas baseadas em documentos na verdade que a gente está presa, a gente pode ter uma atuação bem mais ampla dentro da universidade. Trabalhar com os estudantes, trabalhar com as famílias porque a gente está dentro do contexto social e porque assim, tentando explicar, pro aluno permanecer na universidade vai além do interesse dele, tem todo um contexto que o envolve, o contexto familiar, o contexto social, o contexto comunitário e econômico, e o serviço social tem que está na universidade justamente pra fazer com que esse aluno permaneça olhando todo esse contexto que envolve ele. Então, tem que ser um trabalho multidisciplinar, tem que ser um trabalho com a família, tem que ser um trabalho de encaminhamento pra rede quando necessário, ter

¹⁶ Disponível em: <https://www.humorpholitico.com.br/tag/ensino-superior/> < Acesso em: 01/12/2018.

que ser um trabalho que envolva os estudantes trabalhando numa visão de grupo, de emancipação, de passar conhecimento que aí envolve palestras, grupos, dos conhecimentos dos direitos né, de conhecimento de uma percepção crítica da realidade e eu acho que a gente pode estar se inserido nesse contexto também de aproximação com o estudante”. (A.S.E.3)

“Acredito que o Serviço Social tem muito a contribuir no ensino superior. Há quem diga que na universidade, que a PRAE é uma das principais pró-reitorias, ou seja, o aluno que entra na universidade ele precisa de uma gama de elementos para ele poder continuar estudando, então o Serviço Social contribui nessa concepção de conhecer a realidade daqueles estudantes, saber do que eles necessitam, tanto em relação aos auxílios financeiros como também em relação aos serviços que nós oferecemos, que a gente também o setor de psicologia e tudo mais, então o assistente social tanto pode tá realizando análise socioeconômica pra efetivar o direito do aluno que é o recebimento dos auxílios que ele solicita como também ele pode está encaminhando o estudante pra um serviço de atendimento psicológico, pra um setor externo da universidade, enfim, então eu acho que as contribuições sejam nessa perspectiva, tanto na manutenção através dos auxílios financeiros como no encaminhamento à serviços externos”. (A.S.EDU.2)

Em consonância com a visão dos assistentes sociais supramencionados analisa-se que pode ser “um reducionismo analisar o sistema educacional somente pela ótica da valorização do capital, pois a escola veicula ideologias dominantes e contraditórias e é reprodutora das relações sociais, sendo também um espaço de luta de classes” (NEVES apud DAHMER PEREIRA: 2007; p. 51)

Historicamente, a política de educação se destrincha de forma dicotômica, ao expressar as contradições da sociedade capitalista que se desdobra nas classes sociais e nas relações sociais, e que são também formas de respostas ao agravamento das expressões da questão social. A mesma pode ser vista como mecanismo de intervenção do Estado – sendo meio de reprodução dos interesses capitalistas -, mas também é um espaço de luta política da classe trabalhadora que luta por seus direitos (CFESS, 2013).

Assim, no espaço sócio ocupacional do Ensino Superior, o Serviço Social contribui essencialmente na defesa e na busca pela garantia dos direitos dos estudantes, através de um leque de possibilidades que de forma habilidosa podem ser implementadas pelos assistentes sociais em prol da materialização do direito à educação. A partir da capacidade de desvelar a realidade e de articular as dimensões da profissão, esses profissionais podem ser contributivos para a construção de uma política educacional que tenha por objetivo central o desenvolvimento e a emancipação humana dos estudantes, que possuem o direito a um ensino que fomente sua formação crítica para que possa exercer sua cidadania de forma consciente.

Quanto à análise socioeconômica documental, analisa-se que a mesma pode ser apreendida enquanto um mecanismo estratégico para os assistentes sociais, mas que não é

unilateralmente uma forma de intervenção e que não se encerra em si mesma. Ela abre espaço para que os assistentes sociais possam se aproximar da realidade dos estudantes. Embora seu significado para a profissão seja relevante, somente ela não permite que os assistentes sociais realizem o alcance máximo que suas intervenções podem ter na educação e é importante que dimensões como a político-pedagógica e socioeducativa estejam presentes no cotidiano desses profissionais.

Diante disso, evidencia-se que a contemporaneidade tem posto para os assistentes sociais atuantes no ensino superior exigências e requisições que apresentam limites, desafios e possibilidades para a materialização dos direitos e que mesmo sendo uma tarefa complexa e que demanda muito compromisso é viável de ser construída, pois enquanto o projeto societário vigente existir, há a necessidade de construção de alternativas para que os sujeitos possam viver com dignidade e terem uma educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi exposto, o objetivo central do estudo foi justamente refletir a partir da análise socioeconômica documental realizada pelos assistentes sociais na UFCA enquanto um aparato técnico-operativo para a materializar o PNAES. Assim, através da pesquisa que foi realizada fica claro que essa análise sócio econômica documental pode ser apreendida como uma estratégia para os profissionais e que não é unilateralmente uma forma de intervenção.

Outro fator desgastante é que embora haja um significado para profissão neste espaço sócio ocupacional, somente ela não permite que estes profissionais alcancem o máximo que suas intervenções podem ter na educação e é importante que dimensões como a político-pedagógica e a socioeducativa estejam presentes no cotidiano desses profissionais. É relevante destacar também, que as demandas decorrentes dos números de solicitações para concessão das bolsas e auxílios para os mesmos analisarem o perfil de vulnerabilidade dos estudantes via documentos e formulário socioeconômico, possuem uma grande fragilização no processo, pois não contempla todas as informações necessárias que compete ao profissional de Serviço Social.

O que realmente foi encontrado como lacunas para o desenvolvimento desta pesquisa pode-se situar na questão do tempo para realização da mesma, assim como, a equipe reduzida no local de pesquisa, que não contemplou outros aspectos no qual tinha-se interesse de pontuar. Desde modo, o presente estudo, serviu para que a sociedade civil, a comunidade acadêmica, a Instituição e o Estado reconheça a importância de um Ensino Superior realmente que seja público e de qualidade, assim como enquanto Estudante e futura Assistente Social possa usufruir e garantir o direito em sua amplitude e diversidade.

Evidencia-se que a contemporaneidade tem posto para os assistentes sociais atuantes no Ensino Superior exigências e requisições que apresentam limites, desafios e possibilidades para a materialização dos direitos e que mesmo sendo uma tarefa complexa e que demanda muito compromisso é viável de ser construída. O estudo revelou que, para que o assistente social consiga de fato ser um profissional qualificado, ele precisa ser distinto, e em muitos momentos se desprender das amarras institucionais, buscando soluções além dos muros do espaço físico.

Recomenda-se que estes assistentes sociais antes de tudo, tenham um entendimento do ambiente onde atua, deve-se analisar a realidade da instituição, para que assim o profissional

consiga efetuar intervenções, seja no âmbito teórico, ético ou político, e assim indo para além do que está posto no seu cotidiano.

Por fim, evidencia-se a relevância do trabalho não apenas como uma fonte de pesquisa a nível acadêmico, mas principalmente como uma forma de conhecer a realidade do Programa Nacional de Assistência Estudantil a fim de operacionalizar mudanças em alguns aspectos do exercício profissional do assistente social atuantes neste espaço, que apesar de ser uma discussão recente, é bastante incipiente. No que sugere -se como evolução para este estudo, é que se trabalhe e se pesquise cada vez mais essa temática, que sirva para futuros estudantes de cursos de graduação e pós graduação em Serviço Social, bem como as áreas afins, que visam pesquisar e aprofundar mais ainda essa temática tão relevante.

REFERÊNCIAS

- A.S. EDU 01. **Entrevista I**. [out. 2018]. Entrevistadora: Camila Regina Dantas de Figueiredo. Juazeiro do Norte/CE, 2017. 1 arquivo.mp3 (17 min).
- A.S. EDU 02. **Entrevista II**. [out. 2018]. Entrevistadora: Camila Regina Dantas de Figueiredo. Juazeiro do Norte/CE, 2018. 1 arquivo.mp3 (24 min).
- A.S. EDU 03. **Entrevista III**. [out. 2018]. Entrevistadora: Camila Regina Dantas de Figueiredo. Juazeiro do Norte/CE, 2018. 1 arquivo.mp3 (21 min).
- A.S. EDU 04. **Entrevista IV**. [out. 2018]. Entrevistadora: Camila Regina Dantas de Figueiredo. Juazeiro do Norte/CE, 2018. 1 arquivo.mp3 (19 min).
- ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.
- AGUIAR, Vilma. **Um balanço das políticas do governo Lula para a educação superior: continuidade e ruptura**, Rev. Sociol. Polit. vol.24 no.57 Curitiba Mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782016000100113 . Acesso em 26/08/2018.
- ALMEIDA, N. L. T.. **Educação Pública e Serviço Social**. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 63, São Paulo: Cortez, julho de 2000 a. p. 62-75.
- ALVES, Adriana Amaral Ferreira. **Avaliação da política de assistência social no Brasil neoliberal: instrumento de controle exercido pela população ou sobre a população?**. In: Serviço Social & Sociedade; política social, desafios para o serviço social. N. 92, 2007. Cortez.
- ARAÚJO, J. O. **O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária alagoana**. 2003. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003. Disponível em: <<http://www.liber.ufpe.br/teses/arquivo/20050428113719.pdf>> Acesso em: 15 de novembro de 2018.
- BARBOSA, Mayra de Queiroz. **A demanda social pela educação e a inserção do serviço social na educação brasileira**.- Campinas: Papel Social, 2015.
- BARROS, A. C. X. **Expansão da Educação Superior no Brasil: limites e possibilidades**. Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 131, p. 361-390, abr.-jun., 2015.
- BAVARESCO, T. C. **Relato de experiência: atuação do Serviço Social no Núcleo de Acompanhamento Psicopedagógico e Assistência Estudantil, na UTFPR, Campus Pato Branco**. 2017. In: Anais do II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/ SC, 2017.

BOUÇAS, Karine Ferreira. **A Entrevista no Processo de Trabalho do Assistente Social: uma Análise Crítica da Utilização deste Instrumento na Equipe de Serviço Social do CEMEAES – MACAÉ / RJ.** TCC, Rio das Ostras, 2011.

BRASIL. **Código de Ética dos (as) Assistentes Sociais.** Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012].

BRASIL. **Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001.** Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 14 de novembro de 2018.

BRASIL/MEC/INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira.** Relatórios Técnicos. Resumo Técnico 2002. Disponível em:<http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/tabelas_resumo_tec_.xls>. Acesso em: 25 agosto de 2018.

CAMPOS, L.A; JÚNIOR, J.F. **AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL: MULTICULTURALISMO OU JUSTIÇA SOCIAL?***. Lua Nova, São Paulo, 99: 257-293, 2016.

CASTRO, Alba Tereza Barroso de. **Política Social no capitalismo: tendências contemporâneas/** (organizadoras) Ivanete Boschetti... . -2. Ed. – São Paulo : Cortez, 2009.

CAVAIGNAC, M. D.; COSTA, R. M. P. **Serviço Social, Assistência Estudantil e “contrarreforma” do Estado.** Temporalis, Brasília (DF), ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

CERVO, A.L; BERVIAN, P.A. **Metodologia Científica.** - 5ª ed. –São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social - Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** 10ª. ed. rev. e atual. CFESS, Brasília, 2012.

CFESS. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação.** Brasília: CFESS, 2013.

CFESS. **Subsídios para o debate sobre Serviço Social na Educação.** Brasília, 2012.

CFESS-CRESS. **Política de Educação Permanente do conjunto CFESS-CRESS.** Brasília. 2012.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 07/09/18.

Decreto GTI de 20 de outubro de 2003. Disponível em: <<http://www.sintunesp.org.br/refuniv/GT-Interministerial%20-%20Estudo.htm>> Acesso em: 18/10/2018.

Decreto nº 5.205 de 20 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7423.htm#art16> Acesso em: 11/09/2018.

Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm> Acesso em:
 18/11/2018.

Entrevista de Lula ao Jornal Folha de São Paulo. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u57458.shtml> . Acesso dia 12/08/2018_

FERNANDES, F. **O desafio educacional.** São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1989.
 (Col. Educação Contemporânea 26).

FONAPRACE. **Revista comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares.**
 Org.: Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Uberlândia:
 UFU/PROEX, 2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**, 17ª. Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GENTILI, P. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo.** Petrópolis: Vozes, 1998.

GERHARDT, Tatiana Engel (Org.); SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de pesquisa**
 – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, T. C. **Trabalho, Serviço Social e o papel educativo da profissão.**
 Temporalis, Brasília, n. 32, p. 53-72, jul/dez., 2016.

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no trabalho do Assistente Social. In: CFESS/
 ABEPSS. **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo 4. Brasília:
 CEAD/UNB, 2000.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 14ªed.São Paulo, Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M.V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.* 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

JÚNIOR, J.F. **Ação Afirmativa no Brasil: fundamentos e críticas.** Econômica, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 291-312, dezembro 2004

LEITE, Janete Luzia. **Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos?** / Student Assistance Policy: Law of lack or shortage of rights?. In. Ser Social, Brasília, v. 14, n. 31, p. 453-472, jul./dez.2012.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
 Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em
 27/09/2018.

Lei. Nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Disponível em: <
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10260-12-julho-2001-329619-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 18/10/2018.

LESSA, S. E. C. “**A Educação contemporânea, o combate à pobreza e as demandas para o trabalho do (a) assistente social: contribuições para este debate.**” In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 113, p. 106-130, jan./mar. 2013.

LIMA, Kátia. IN: **Serviço Social e Educação**/ Larissa Dahmer Pereira, Ney Teixeira de Almeida organizadores; coordenadora da sériw Valeria Forti, Yolanda Guerra. 2 –ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

LIMA, L. C. **O paradigma da educação contábil: perspectivas gerencialistas no ensino superior em Portugal.** In: SGUISSARDI, V.; SILVA Jr., J. R. (Orgs.). Políticas públicas para a educação superior. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1997. p. 23-62.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** 2ª Ed. Rio de Janeiro: E.PU., 2013.

MANCEBO, Deise; MAUÉS, Olgaíses; CHAVES, V.L.J. **Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente.** Educar, Curitiba, n. 28, p. 37-53, 2006. Editora UFPR

MARTINS, Eliana Bolorino Canteirol. **Educação e Serviço Social: Elo para a construção da Cidadania.** Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição,** Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINAYO, M.C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 3.ed. São Paulo: Hucitec/Abrasco, 1994.

Métodos e técnicas de pesquisa social. 6.ed.- São Paulo: Atlas, 2008.

MIOTO, R. C. T. **Estudos Socioeconômicos.** In: CFESS; ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS; ABEPSS, 2009.

MOREIRA, A.C.G.S.S. **A contribuição do Serviço Social na operacionalização da política de assistência estudantil na UNIFESP: o olhar da Comissão PAPE/PBP** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté. Taubaté, 2017.

MACHADO, Otávio Luiz. **Assistência Estudantil: Uma questão universitária prioritária.** Coluna Livre – 20/06/11 Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2011/06/20/assistencia-estudantil-uma-questao-universitaria-prioritaria/>>. Acesso em 06/12/2018.

NASCIMENTO, C.N. **Assistência Estudantil e Contrarreforma Universitária nos anos 2000.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 2013.

NETTO, José Paulo. A Construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social.** Módulo I: Crise 80 Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/Unb, 1999.

NICACIO, Erinaldo. **Serviço Social e Subjetividade**. IN: Revista Praia Vermelha. n° 18, p. 46 -71. Universidade Federal do Rio de Janeiro: (UFRJ): Rio de Janeiro, 2008.

NOGUEIRA, C.M.M; NONATO, B.F; RIBEIRO, G.M; FLANTINO, S.R.D. **Promessas e Limites: o SiSu e sua Implementação na Universidade Federal de Minas Gerais**. Educação em Revista|Belo Horizonte|n.33|e161036|2017.

O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 11ª Ed. São Paulo: Cortez, 2007b.

PAIVA, B. A. de; SALES. M. A.; **A nova ética profissional: práxis e princípios**. In: BONETTI, D. A.(Org.) et. al.: Serviço Social e ética: Convite a uma nova práxis. 11ª ed.; São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, L.C.B. **A reforma do Estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle**. *Lua Nova*, n° 45, p. 49-95, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n45/a04n45.pdf> > Acesso em 22/08/2018.

PIANA, Maria Cristina. **Serviço Social e Educação: Olhares que se entrecruzam**. IN: Revista Serviço Social e Realidade. Vol.18, n.02. p.182-206, 2009. Disponível em: [http://seer.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view File/136/187](http://seer.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/File/136/187) Acesso em 09 out 2018.

Portaria Normativa Nº 2, de 26 de Janeiro de 2010. Institui e regulamenta o Sistema de Seleção Unificada. Brasil, 2010.

Plano Nacional de Assistência Social Estudantil, decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm> Acesso em 22/11/2018.

Portaria normativa nº 6, de 26 de fevereiro de 2014. Disponível em:<http://siteprouni.mec.gov.br/legislacao.php> Acesso em: 19/10/2018.

RADAELLI, Andressa Benvenuto. **Permanência na Educação Superior: Uma Análise das Políticas de Assistência Estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul**. Dissertação de Pós Graduação. CASCAVEL/PR, UNIOESTE, 2013.

RECKTENVALD, M; MATTEI, L.F.; PEREIRA, V.A. **Avaliando o Programa de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias** . Avaliação, Campinas/Sorocaba, 2018. [no prelo]

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. – 3ª ed. – 15. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2014.

SILVEIRA, M. M. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Política Social, Universidade Católica de Pelotas, UCPEL, Pelotas, 2012.

SIMIONATTO, Ivete. **Capitalismo em crise, política social e direitos/ Ivanete Boschetti ...[et al.]** (orgs.). – São Paulo: Cortez, 2010.

SOARES, L. T. R. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2001.

SOUSA, Charles Toniolo de Sousa. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional.** In: **Emancipação**, Ponta Grossa, n ° 8, 2008. Disponível em <<http://www.uepg.br/emancipacao>>. Acesso em 11 out. 2018.

SOUZA, P. N. P. **História sumária do ensino superior brasileiro.** In: _____. LDB e educação superior: estrutura e funcionamento. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2001. p. 7-18.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira ET al. **A Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

TEIXEIRA, C.L. **Programas Institucionais de Permanência e seus impactos nas trajetórias de Estudantes de origem popular –o caso da Universidade Federal Fluminense.** Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduandos em Política Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

TONET, I. **Educação contra o Capital.** – 3º Ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

TRINDADE, R. L. P. **Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais.** In: SANTOS, C. M. et al. (Org.). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social. Brasília, DF: CRESS, 2012. p. 75.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação .** São Paulo: Atlas, 1987.

YASBEK, M.C. **Classes subalternas e assistência social.** São Paulo: Cortez, 1993.

YAZBEK, C. **A dimensão política do trabalho do assistente social.** Serviço Social e Sociedade. São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Pobreza no Brasil contemporâneo e formas do seu enfrentamento.** IN: Serv. Soc. Soc. São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

ZAGO, Nadir. **Do acesso à permanência no Ensino Superior: Percursos de Estudantes Universitários de Camadas Populares.** Revista Brasileira de Educação, São Paulo, V.11, n. 32, p.226-237. Maio/ago . 2006.

APÊNDICE (S)

APÊNDICE A: ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA
SERVIÇO SOCIAL NO ENSINO SUPERIOR

- 1 – Há quantos anos atua na política de Educação?
- 2 – Quais as suas visões sobre o Ensino Superior na atualidade?
- 3 – Como é o seu processo de trabalho e sua atuação profissional na UFCA?
- 4- Quais os principais desafios postos para o seu processo de trabalho?
- 5 – Existem estratégias empregadas para a superação desses desafios? Quais?
- 6 – A Política Nacional de Assistência Estudantil implementada primordialmente como estratégia contributiva para a permanência dos estudantes no Ensino Superior e como mecanismo de materialização do direito de todos à Educação aparece de forma latente enquanto âmbito de intervenção dos assistentes sociais atuantes no Ensino Superior. Quais as suas percepções sobre a realidade dessa política na contemporaneidade de acordo com sua perspectiva profissional e mediante as experiências profissionais que você vivenciou/vivencia nessa política?
- 7 – A respeito da análise socioeconômica documental realizada pelos assistentes sociais nos processos seletivos para acesso aos auxílios da Assistência Estudantil, como ela ocorre e quais as lacunas e requisições postos em sua realização?
- 8 – Quais os principais as principais fragilidades enfrentados no cotidiano profissional para a materialização da Assistência Estudantil?
- 9 – Na sua concepção, quais as contribuições do Serviço Social para o Ensino Superior, principalmente no tocante aos estudantes?

Juazeiro do Norte/CE, _____ de _____ de 2018.

Entrevistado (a)

APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado Sr.(a)

A acadêmica do Curso de Graduação em Serviço Social CAMILA REGINA DANTAS DE FIGUEIREDO, CPF: 117.567.034-00 Instituição de ensino, CENTRO UNIVERSITÁRIO Dr. LEÃO SAMPAIO está realizando a pesquisa intitulada “ANÁLISE SOCIOECONÔMICA: Um Estudo acerca do uso deste instrumental no Serviço Social da Universidade Federal do Cariri-UFCA”, que tem como objetivo Estudar sobre a análise socioeconômica documental realizada no processo de trabalho dos/as assistentes sociais no Ensino Superior enquanto aparato técnico-operativo na materialização da Política Nacional de Assistência Estudantil nesses espaços.

Para isso, está desenvolvendo um estudo que consta as seguintes etapas: será realizada uma coleta de dados, a mesma ocorrerá através da aplicação de um questionário, mantendo a ética e integridade física e moral do participante.

A participação na pesquisa será realizada de forma voluntária e caberá ao Senhor/ Senhora responder as perguntas do questionário.

Sua participação consistirá em responder a um questionário contendo 09 perguntas sobre o tema proposto. Toda informação que o(a) Sr.(a) nos fornecer será utilizada somente para esta pesquisa. AS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO serão confidenciais e o nome do usuário não aparecerá em QUESTIONÁRIOS, FICHAS DE AVALIAÇÃO, ETC, inclusive quando os resultados forem apresentados.

Se tiver alguma dúvida a respeito dos objetivos da pesquisa e/ou dos métodos utilizados na mesma, pode procurar; CAMILA REGINA DANTAS DE FIGUEIREDO, na Rua Raimundo Machado da Silva nº 47 A Bairro Triângulo CIDADE: Juazeiro do Norte/CE ou ligar para :(88) 997202756.

Se desejar obter informações sobre os seus direitos e os aspectos éticos envolvidos na pesquisa poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – UNILEAO CEP 63041-1140 Telefone (2101-1000 e 2101- 1001), Cidade Juazeiro do Norte.

Caso esteja de acordo em participar da pesquisa, deve preencher e assinar o Termo de Consentimento Pós-Esclarecido que se segue, recebendo uma cópia do mesmo.

Pelo presente instrumento que atende às exigências legais, o Sr.(a) _____, declara que, após leitura minuciosa do TCLE, teve oportunidade de fazer perguntas, esclarecer dúvidas que foram devidamente explicadas pelo pesquisador, ciente dos procedimentos aos quais será submetido e, não restando quaisquer dúvidas a respeito do lido e explicado, firma seu CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO em participar voluntariamente desta pesquisa.

E, por estar de acordo, assina o presente termo.

Juazeiro do Norte-CE., _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Orientador